

JOÃO LOPES TAVARES

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FREGUESIA DE SÃO MIGUEL



Licenciatura Em Ensino de História

ISE, SETEMBRO DE 2006

JOÃO LOPES TAVARES

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FREGUESIA DE SÃO MIGUEL

Trabalho científico apresentado ao ISE para a obtenção do grau académico de Licenciatura em Ensino de História, sob a orientação da Dra. Iva Cabral.

JOÃO LOPES TAVARES

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FREGUESIA DE SÃO MIGUEL
--

Trabalho científico apresentado ao ISE para a obtenção do grau académico de
Licenciatura em Ensino de História, sob a orientação da Dra. Iva Cabral.

O Júri,

.....
.....
.....

ISE:

Praia: ----/----/----

ÍNDICE:

Agradecimentos.....	pág. 5
Introdução.....	pág.6

I CAPÍTULO

1. Enquadramento Histórico.....	pág.8
2. Referências Históricas da Ilha de Santiago e das suas diferentes Freguesias.	pág.11

II CAPÍTULO

1 São Miguel: Criação-1834.....	pág.28
2 São Miguel: 1834-1917.....	pág.33
2.1. Demografia.....	pág.37
2.2. Educação.....	pág.38
2.3. Saúde.....	pág.40
3. São Miguel: 1917-1975.....	pág.42
3.1. Justiça.....	pág.43
3.2. Infra-estruturas.....	pág.44
3.3. Educação.....	pág.44
3.4. Economia.....	pág.45
3.5. Demografia.....	pág.47

III CAPÍTULO

1. São Miguel: 1975-1996.....	pág.48
1.1. Demografia.....	pág.48
1.2. Educação.....	pág.49
1.3. Administração.....	pág.50
1.4. Economia.....	pág.51
1.5. Saúde.....	pág.51
2. São Miguel: 1996-2000.....	pág.53
2.1. Infra-estruturas.....	pág.55

2.2. Educação.....	pág.55
2.3. Saúde.....	pág.56
2.4. Economia.....	pág.56
2.5. Cultura.....	pág.57
3. São Miguel: 2000-2006.....	pág.58
3.1. Economia.....	pág.59
3.2. Saúde.....	pág.61
3.3. Educação.....	pág.62
3.4. Cultura e Desporto.....	pág.63
3.5. Geminações.....	pág.64
 4. A Igreja Católica em São Miguel.....	 pág.66
Conclusão.....	pág.69
Referências Bibliografias.....	pág.71

Agradecimentos:

A elaboração deste trabalho contou com o apoio e a solidariedade de várias pessoas, as quais pretendo expressar os meus sinceros agradecimentos:

- Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos os meus familiares, e de modo muito especial à minha mãe, Constantina Lopes Correia, e ao meu cunhado, Manuel Garcia Fernandes, que desde sempre acreditaram em mim e apostaram na minha formação;

- À Orientadora deste trabalho, Dra. Iva Cabral, que desde sempre se estabeleceu uma estratégia colaborativa pedagógica, permitindo-me uma certa liberdade no que concerne aos procedimentos investigativos sem, contudo, deixar de estar presente através de apoios, críticas e sugestões que foram indispensáveis para dissipar algumas dúvidas, bem como para o bom andamento do trabalho;

- À S. Excia o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel, Sr. João Gomes Duarte, pela documentação fornecida;

- Ao Sr. Filipe Furtado pelos esclarecimentos prestados;

- Aos meus colegas, Drs. António Canto e José Lino Furtado, que não só colocaram os seus computadores à minha disposição, mas também pela leitura crítica que fizeram do trabalho;

- A todos os professores do curso pelos sábios conhecimentos que nos souberam transmitir, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho;

- À Sra. Catarina Lopes Fernandes, pelo acolhimento que me deu em sua casa durante os cinco anos do curso como, também, pelos conselhos que me deu a vários domínios;

- Aos entrevistados pela disponibilidade dispensada;

- A todos aqueles que de uma forma ou de outra se colaboraram na elaboração deste trabalho, um abraço reconhecido.

Introdução:

A História, enquanto Ciência humana e social, tem como objecto de estudo o homem em sociedade e como objectivo compreender o significado das acções humanas, nos vários domínios, ao longo dos tempos.

Nas sociedades contemporâneas, a História desempenha um papel cada vez mais importante. Isto porque, cabe a ela, enquanto ciência responsável pela reconstrução da memória colectiva, fazer o estudo das realizações de uma determinada sociedade para que os seus membros se consciencializassem do seu percurso no tempo. Só deste modo, eles podem conhecer melhor o passado, compreender o presente e perspectivar melhor a construção do futuro. Neste âmbito, podemos afirmar que no contexto da globalização, a História desempenha um papel relevante, visto que ela contribui para o reforço da identidade de qualquer sociedade humana.

Este trabalho enquadra-se no âmbito das exigências curriculares do Curso de Licenciatura em ensino de História, ministrado pelo Instituto Superior de Educação. Como filho de São Miguel, gostaríamos de dar a nossa contribuição para o seu desenvolvimento. É neste âmbito que se enquadra o tema: Evolução Histórica da Freguesia de São Miguel.

A escolha deste tema prende-se também com a necessidade de se fazer um estudo pormenorizado sobre os vários aspectos da vida social da referida Freguesia, desde a sua criação até a actualidade.

O presente trabalho visa, por um lado, contribuir para o melhor conhecimento da Freguesia de São Miguel nos seus vários domínios e, por outro, verificar os avanços e os progressos conseguidos, as dificuldades que ainda persistem, bem como dar a nossa modesta contribuição para as superar.

Assim, pretendemos durante este trabalho:

- Conhecer a evolução histórica da Freguesia de São Miguel;
- Referir-nos ao contexto histórico da Ilha de Santiago e das suas diferentes freguesias;
- Descrever as diferentes etapas da evolução histórica da Freguesia de São Miguel;
- Avaliar o papel da Igreja Católica no desenvolvimento sócio-cultural de São Miguel;
- Verificar as perspectivas que existem para o desenvolvimento de São Miguel;

O trabalho se encontra estruturado em três capítulos. No 1º capítulo fizemos uma pequena abordagem histórica da Ilha de Santiago e das suas diferentes freguesias; no 2º descrevemos a evolução da Freguesia de São Miguel desde a sua criação até à Independência Nacional e no 3º analisamos a evolução histórica da referida Freguesia desde a Independência até actualidade.

Para a sua estruturação, tivemos em conta a pertença de São Miguel a diferentes concelhos, bem como as datas que marcaram a sua história. Convém sublinhar que o trabalho em apreço teve como base a análise documental, entrevistas e a observação directa da realidade da Freguesia estudada. Neste sentido, foram feitas recolha de informações em centros de documentação e instituições diversas, nomeadamente nas câmaras municipais de Tarrafal e de São Miguel, Biblioteca Nacional e Arquivo Histórico Nacional, bem como entrevista a algumas pessoas.

Ao longo do trabalho abordamos questões de domínio económico, social, político e cultural, tendo em conta a nova concepção histórica defendida pelos historiadores da História Nova. Estes preconizaram uma História global e total, isto é, uma História que engloba todos os aspectos da vida social.

Não existem informações precisas sobre a criação da Freguesia de São Miguel, mas sabe-se que foi uma das primeiras freguesias criadas em Cabo Verde. Ao longo da sua existência, ela pertenceu a vários concelhos, nomeadamente ao de Santa Catarina, Tarrafal e São Miguel. Desde a sua criação, teve como principais actividades económicas a agricultura e a pastorícia. Devido a várias dificuldades, estas duas actividades tendem a perder importância, enquanto outras tendem a ganhar cada vez mais espaço. Mas, não obstante as dificuldades, elas constituem ainda a base económica de São Miguel.

A Freguesia de São Miguel tem conhecido progressos significativos em todos os sectores da vida social, sobretudo a partir da sua elevação ao estatuto de Concelho. Entretanto, trata-se de uma Freguesia que enfrenta várias dificuldades em diversos sectores.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que não se trata de um trabalho acabado. Aliás, não se pode esgotar um tema desta envergadura num simples trabalho de fim de curso. Não obstante as imperfeições deste trabalho, esperemos que ele seja um instrumento valioso para todos aqueles que a ele tiver acesso.

CAPÍTULO I

1. Enquadramento Histórico:

As ilhas de Cabo Verde foram “achadas” no contexto da Expansão Marítima Europeia que se desencadeou no âmbito da procura de soluções para os problemas económicos desse Continente. A difícil situação económica vivida na Europa, a partir do século XIV, por causa da falta de mão-de-obra tanto para a agricultura como para as actividades artesanais; a falta de metais preciosos para cunhagem de moedas; a falta de matérias-primas para o abastecimento das indústrias; a falta de produtos essenciais para a alimentação; etc. levou os europeus a navegarem em direcção a outras paragens do Mundo. Por várias razões, que não vale a pena mencionar neste trabalho, os portugueses foram os primeiros a sair pelo mundo fora, tendo iniciado o processo expansionista no séc. XV, mais concretamente em 1415 com a conquista de Ceuta. Devido ao fracasso económico¹ da conquista desta cidade, os portugueses entraram no Oceano Atlântico e em 1460 os criados do Infante D. Henrique chegaram a Cabo Verde.

No entanto, a descoberta das ilhas cabo-verdianas continua sendo muito polémica no seio da comunidade científica, uma vez que não reúne consenso. Várias datas são avançadas e vários navegadores são apresentados como possíveis descobridores. Para ilustrar esta problemática, gostaríamos de citar um dos investigadores da História de Cabo Verde que diz: “Nas circunstâncias em que nos encontramos, a data ou as datas do achamento das diversas ilhas e os nomes dos navegadores que, no séc. XV, pela primeira vez a elas aportaram são problemas que hão-de continuar a gerar largas e talvez já inúteis controvérsias (...)”².

¹ A conquista de Ceuta foi um fracasso económico porque os árabes desviaram as mercadorias com as quais os portugueses contavam para outras cidades do norte de África.

² ALBUQUERQUE, Luís de. **O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde**. In ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord). **História Geral de Cabo Verde**. Volume I. 2ª Edição. Pag 24

Apesar desta problemática, aceita-se, oficialmente, que as ilhas de Cabo Verde foram descobertas entre 1460 e 1462 pelos navegadores António da Noli, Diogo Afonso e Diogo Gomes. *“As primeiras ilhas a serem descobertas foram as orientais, nomeadamente Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal em 1460 por António da Noli e Diogo Gomes. As restantes, do grupo ocidental (Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Santa Luzia, Santo Antão e os ilhéus Branco e Raso), foram descobertas entre 1460 e 1462 por Diogo Afonso”*¹. Após a descoberta, as ilhas foram doadas por Dom Afonso V a seu irmão Infante Dom Fernando. Este tinha por incumbência promover o povoamento e a exploração económica das referidas ilhas.

Tudo leva a crer que as ilhas de Cabo Verde foram descobertas desabitadas. Assim sendo, para a sua valorização, era necessário investir no seu povoamento efectivo. Foi em 1462, que António da Noli iniciou esta tarefa, trazendo colonos da Europa e escravos da Costa Africana para a Ilha de Santiago. Apesar do povoamento ter iniciado na data acima referida, deve-se salientar que em 1466 era ainda um povoamento incipiente. Isto porque vários factores dificultavam a vinda de reinóis para Cabo Verde, entre os quais gostaríamos de salientar a longa distância do reino, a fraca existência de recursos naturais no arquipélago e as condições climáticas desfavoráveis à fixação dos europeus.

Foi neste contexto que a Coroa Portuguesa publicou a carta de doação de privilégios de 1466, cujo objectivo era resolver os problemas que dificultavam o povoamento das ilhas, isto é, fazer com que Cabo Verde tornasse um espaço atractivo aos olhos dos reinóis. Através desta carta foram garantidos aos futuros moradores de Santiago, facilidades fiscais e comerciais e uma ampla capacidade de circulação na costa africana, permitindo-lhes a obtenção de avultados lucros com o referido comércio. Entre outros privilégios, os moradores podiam comerciar livremente com a costa africana, levando para isso todas as mercadorias que quisessem e tivessem, mediante pagamento do quarto; as mercadorias trazidas das outras ilhas atlânticas estavam isentas do pagamento do dízimo; depois de pago o quarto os moradores podiam vender os seus produtos a quem bem entendessem, tanto no Reino como fora dele. Nesta carta, as únicas restrições impostas aos moradores têm a ver com a proibição de fazer o comércio na feitoria de Arguim e de comercializarem mercadorias defesas. Assim sendo, a partir de 1466 os reinóis começaram a interessar-se pelas ilhas de Cabo Verde, já que ser morador de Santiago era sinónimo de ter muitas

¹ Cf. ANDRADE, Elisa. *As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*. Edição L Harmatton. Paris. 1996. Pag. 32-33

liberdades e garantias, uma vez que podiam fazer o comércio com a costa africana, que era a actividade mais lucrativa da época.

Todavia, é de frisar que essa carta não atingiu os objectivos que nortearam a sua publicação, que era promover o povoamento efectivo das ilhas de Cabo Verde. Ela trouxe para Cabo Verde homens de negócios que se fixaram na Ribeira Grande, mas que continuaram voltados para o exterior, visto que o comércio constituía a sua principal actividade económica. Portanto, o povoamento era urbano e litorâneo, já que as terras do interior não tinham interesse para os moradores. Assim sendo, a Coroa portuguesa não poderia ficar indiferente, isto é, tinha de intervir no sentido de inverter esta situação. Foi neste contexto que surgiu a carta de limitação de privilégios de 1472, que limita o modelo de colonização puramente mercantil, adicionando-lhe o modelo produtivo. Através dessa carta, a Coroa portuguesa impôs várias limitações muito gravosas para a actividade comercial dos moradores. Entre outras limitações, citamos as seguintes:

- Os navios podiam ser comprados ou alugados em qualquer outro lugar, mas só podiam ser armados em Santiago e apenas em parceria com outros moradores;
- Os moradores só podiam armar navios com os produtos produzidos na própria ilha;
- Os escravos trazidos da costa só podiam ser utilizados nos trabalhos locais¹.

Para António Correia e Silva, essas limitações tinham dois objectivos fundamentais: *“um interno e local, que era resolver o problema do povoamento efectivo e outro, externo e mercantil que era limitar o poder comercial dos moradores na costa”*². Esta carta obrigou os moradores de Santiago a produzirem para puderem comerciar com a costa africana. Assim, os moradores voltaram-se para o interior da ilha, investindo na agricultura e pecuária, tornando-se grandes proprietários de terras. É deste modo que se iniciou o povoamento do interior de Santiago. Segundo o autor acima citado, com esta carta o rei conseguiu atingir os dois objectivos preconizados: por um lado, tornou a ilha num espaço densamente povoado e por outro restringiu a participação dos moradores na costa, transferindo para os ricos comerciantes reinóis algumas oportunidades comerciais, anteriormente sob o controle dos moradores de Santiago.

A nosso ver, as limitações das mercadorias a serem utilizadas no comércio com a costa africana alterou profundamente a actuação dos moradores de Santiago. Isto porque

¹ Sobre as limitações citadas mandamos conferir CARREIRA, António. **Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 - 1878)**. Edição Imprensa Portuguesa. Lisboa. 1972. Pag.41-42. Entretanto, sabe-se que essas determinações régias não foram respeitadas pelos moradores.

² Cf. SILVA, António Correia e. **Histórias de um Sahel Insular**. 2ª Edição. Edições Spleen. Praia. 1996.

estes moradores deixaram de ser puros mercadores intermediários para serem produtores daquilo que vendiam. Assim, o comércio passa a ser alimentado pelos produtos agropecuários produzidos localmente. Os escravos passaram a ser habitantes da ilha e a força produtiva da mesma.

2. Referências Históricas da Ilha de Santiago e das suas Diferentes Freguesias:

Como já foi referenciado, a ilha de Santiago foi uma das primeiras ilhas cabo-verdianas conhecidas pelos portugueses no âmbito da expansão marítima europeia do século XV. *“Foi descoberta no 1º de Maio de 1460 dia em que a igreja celebra a festa de S. Thiago Maior, por cuja causa lhe puseram este nome.”*¹

Relativamente ao povoamento da ilha de Santiago existem muitas controvérsias, uma vez que não existe consenso entre os estudiosos sobre esta questão. Alguns autores têm levantado a hipótese de que a ilha de Santiago já era povoada aquando da chegada dos portugueses. Outros, entre os quais Lopes de Lima, refutam esta hipótese. Sobre este assunto, diz-nos António Carreira que *“embora a documentação antiga apresente as ilhas como desertas à chegada dos descobridores, não se devem excluir de todo a hipótese de, Santiago, ter sido refúgio de um pequeno grupo de naufragos Jalofof ou outros habitantes de Cabo Verde”*² antes da chegada dos portugueses”³. A respeito desta problemática diz-nos um outro investigador que *“em nenhum documento, e nem n’esta carta de privilégio dos moradores da ilha encontramos a mais pequena referência, de que ella tivesse habitantes quando foi descoberta”*⁴. O mesmo autor vai mais longe ainda, dizendo que *“se estas considerações não bastassem para mostrar que a ilha fôra encontrada deserta, ainda citaríamos o testemunho de Diogo Gomes, que na sua narrativa não se esqueceu de mencionar este facto quando diz - não vimos rastros de homem.”*⁵

¹ CARREIRA, António. **Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné” (Séculos XVII e XVIII)**. Lisboa. 1983. Pag.176.

² Península do Cabo Verde no Senegal.

³ CARREIRA, António citado por ANDRADE, Elisa. In. Op. Cit. Pag.33-34

⁴ BARCELLOS, Christiano José de Senna. **Subsídios pa a História de Cabo Verde e Guiné**. 2ª Edição. Praia. Edição IBNL. 2003. Pag. 38.

⁵ Idem, Ibidem pag. 38.

Os autores atrás referenciados deixaram claro que a ilha de Santiago foi descoberta desabitada e que a tese de um eventual povoamento de Jalofos antes da chegada dos portugueses não tem nenhuma base documental.

O povoamento iniciou-se pela ilha de Santiago, tendo em conta que era a que apresentava melhores condições. *“Era a maior, tinha bons portos e, sobretudo, contava com boas nascentes de água doce”*.¹ Esta ilha apresentava melhores condições tanto para o estabelecimento de relações com o exterior, como para o desenvolvimento de actividades produtivas, indispensáveis à sobrevivência humana.

O primeiro núcleo populacional se formou na Ribeira Grande (ex - Cidade Velha e actual Cidade de Santiago de Cabo Verde). A escolha desta região para a fixação dos primeiros colonos deve-se ao facto de *“haver ali água corrente em abundância (razão por que tomou esse nome) e um razoável porto de mar (...) por ser muito fértil, uma agricultura de subsistência para o agregado populacional podia, pelo menos, ser montada ali com relativo sucesso”*¹. Essas condições foram fundamentais para o nascimento desse primeiro povoado e proporcionaram o seu desenvolvimento durante os primeiros tempos de colonização. Nas palavras de Ilídio Baleno, *“as ligações com o exterior passaram a ser feitas basicamente através do referido porto, e pode-se dizer que toda a vida do povoado passou a girar em torno dele”*². Isto demonstra que o porto desempenhava um papel importante para a sobrevivência das populações, visto que facilitava por um lado o contacto com outras paragens do mundo e por outro permitia o abastecimento da ilha com os produtos de primeira necessidade. Portanto, o desenvolvimento sócio-económico da Ribeira Grande dependia do referido porto e até meados do séc. XVI, este desenvolvimento foi proporcionado pelo comércio com a costa africana. A ilha de Santiago, particularmente a Ribeira Grande, desempenhou um papel importante neste comércio, visto que era um entreposto comercial. Por ali passavam mercadorias vindas da Costa Africana que depois eram exportadas para a Europa e América. Ribeira Grande, também, funcionava como ponto de apoio à navegação, uma vez que era centro de abastecimento e reparação dos navios, descanso das tripulações e até de substituição dos marinheiros que morriam durante as longas viagens de exploração. A intermediação comercial entre a Europa e a África proporcionou a essa urbe um desenvolvimento ambicionado e invejável por muitos.

¹BALENO, Ilídio Cabral. **Povoamento e Formação da Sociedade. In HGCV. I Volume.** 2ªEdição. Pag. 133.

² Idem, Ibidem.

Nos finais do séc. XV, a Ribeira Grande adquiriu o estatuto de vila, já que nesta altura tinha uma Câmara a funcionar. “*Em 1497 existia uma Câmara a funcionar e dava-se início à construção de um hospital*”.¹ Dado a importância da Ribeira Grande no âmbito do comércio internacional, a Coroa Portuguesa começou a dotá-la de infra-estruturas básicas para o seu desenvolvimento.

Quanto ao crescimento demográfico da Ribeira Grande, até ao início do séc. XVI, não tivemos acesso a muitos dados, mas tudo leva a crer que foi muito lento. Para sustentar esta posição, gostaríamos de mencionar os dados apresentados ao Rei em 1513 pelo corregedor Pêro de Guimarães. Segundo o mesmo corregedor, a Ribeira Grande tinha 58 vizinhos “homens honrados brancos”; 16 vizinhos negros; 56 estantes; 4 mulheres brancas solteiras; cerca de 10 mulheres negras; 12 clérigos; 3 frades, entre os quais 2 pregadores². Nesta descrição, não foi apresentado o número de escravos, que seguramente constituíam a base da sociedade.

Em 1533, a 1ª Capital de Cabo Verde foi elevada a estatuto de Cidade, quando passou a ser a sede do Bispado, com jurisdição espiritual sobre o Arquipélago e toda a Costa da Guiné. Nesta altura, Ribeira Grande conheceu um grande desenvolvimento. Para lustrar este facto, “*o contador André Rodrigues ao denunciar e criticar, entre outras coisas, o desinteresse a que a Ribeira Grande se encontrava votada (falta de instalações próprias e condignas para a instalação da feitoria e alfândega, por exemplo), diz em 1549, que exceptuando a cidade de Lisboa, nem duas cidades do Reino rendem tanto quanto ela porque vai em muito crescimento*”.³

É bom não esquecer que apesar do elevado nível de desenvolvimento económico atingido, a fase de opulência da Ribeira Grande não demorou muito tempo. Este facto explica-se pela intensificação da concorrência estrangeira, a partir dos anos 60 do séc. XVI, na costa da Guiné e pelo aparecimento de outras potências concorrentes, nomeadamente a Inglaterra que vai pôr em causa não só os interesses da Coroa Portuguesa, como também os dos moradores de Santiago. Estes não tinham condições para competirem com os ingleses que levavam grande quantidade de mercadorias para a costa da Guiné a preços muito baixos. O algodão cabo-verdiano não podia competir com a grande diversidade de mercadorias levadas pelos ingleses e franceses para a Costa Africana. Esta

¹ BALENO, Ilídio Cabral. **Povoamento e Formação da Sociedade**. In **HGCV**. I Volume. 2ªEdição. Pag.136

² Cf. Idem, Ibidem. Pag.137

³ Citado por BALENO, Ilídio Cabral. In **HGCV**. I Volume. 2ªEdição. Pag. 138

situação, adicionada à perda da importância geo – estratégica da Ribeira Grande conduziu a sua própria decadência.

Além dos factores externos como “*a pirataria, a concorrência estrangeira e as leis metropolitanas*”¹ também as secas e fomes tiveram grande peso na decadência da Sociedade escravocrata em Santiago. Para António Correia e Silva, “*as secas só se converteram em fomes e tiveram o impacto destruturador no séc. XVII e no séc. XVIII, porque, a partir destas centúrias, Santiago não podia mais importar alimentos em abundância, nem vender os seus escravos a preços e modalidades não pauperizantes, e menos ainda readquirir, em condições não penalizantes, novos escravos, passados as crises*”². Este investigador deixa claro que as secas se converteram em fomes devido à incapacidade de importar alimentos e vender os escravos da ilha em condições lucrativas.

Os factores acima apontados não só pesaram negativamente sobre a economia da Ilha, uma vez que os escravos constituíam a base da mão-de-obra, como também sobre toda a estrutura da sociedade escravocrata, visto que contribuiu para o seu desaparecimento. Isto porque, as secas e fomes provocaram uma diminuição da capacidade produtiva da ilha e a decadência do comércio escravocrata teve como consequência “*o aparecimento na ilha de Santiago, sobretudo nas costas orientais, de um comércio miúdo e difuso entre os marinheiros das embarcações europeias em trânsito e os pobres camponeses das localidades*”.³

No que concerne ao Alcatrazes, antiga sede da capitania do Norte e núcleo populacional que se desenvolveu na mesma época que a Ribeira Grande, não existem muitas informações, mas tudo indica que teve uma existência muito curta. Segundo alguns estudiosos, entre os quais Ilídio Baleno, esta região não apresentava condições favoráveis para o desenvolvimento de uma actividade agro-pecuária rentável⁴. Sendo assim, o seu desenvolvimento só poderia ser promovido pelo comércio. Como este se encontrava concentrado no porto da Ribeira Grande, não havia condições para promover tal desenvolvimento. Também à semelhança da Ribeira Grande, nos finais do séc. XV, ela contava com o estatuto de vila, mas na segunda metade do séc. XVI é bem claro a sua decadência. “*Ela teve uma duração breve, por ser de terrenos salgados, impróprios para*

¹ SILVA, António Leão Correia e. **Histórias de um Sahel Insular**. Op. Cit. Pag.106

² Idem, Ibidem

³ Cf. António Leão Correia e. **Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades**. In SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord). **HGCV**. 3º Volume. Pag. 18

⁴ Cf. BALENO, Ilídio. Op. Cit. Pag.140

cultura”¹. Por conseguinte, a sua decadência está relacionado com o facto dessa Vila não possuir condições propícias para o desenvolvimento de uma economia rentável. Assim sendo, a Praia passa a ser a sede da capitania do Norte. A Câmara vai ser transferida para esta nova sede, o que por sua vez, fez com que ela ascenda à categoria de vila. Na opinião de Ilídio Cabral Baleno, não são claras as razões que estiveram na base dessa transferência e nem a data em que ela se consumou, mas presume-se que uma das causas prende-se com o facto da Praia ter um porto que podia ser considerado o melhor da ilha. Também se presume que a data terá sido em 1516 pelo facto de ser nesse ano que a Praia aparece com a designação de vila. Prossegue o referido autor, dizendo ainda que aquando da transferência da capital da Ribeira Grande para a Praia, o referido porto foi utilizado como um dos principais argumentos para justificar a decisão².

Entretanto, é bom frisar que ao longo do séc. XVI, a vila da Praia conheceu um desenvolvimento lento, tendo em conta que o porto da Ribeira Grande continuou sendo o mais frequentado pela navegação. Não tendo condições para a prática de outras actividades, a Praia assumiu um papel bastante secundário no contexto da ilha, apesar de ser transformado em sede administrativa da capitania do Norte.

Sobre os núcleos populacionais do interior de Santiago que se formaram nesta altura não existem muitas informações. Todavia, “*em 1572 aparecem elementos mais concretos a seu respeito, inclusive com números de fogos e habitantes discriminados por freguesias, o que nos permite concluir que por essa altura a ilha se encontrava habitada em toda a sua extensão, conforme o quadro abaixo indicado:*

Freguesias	Número de fogos	Almas de Confissão
<i>Santo Amaro do Tarrafal</i>	<i>40</i>	<i>400</i>
<i>São Nicolau Tolentino</i>	<i>143</i>	<i>-----</i>
<i>Santiago</i>	<i>225</i>	<i>-----</i>
<i>Nossa Senhora da Graça</i>	<i>30</i>	<i>477</i>
<i>Santa Catarina do Mato</i>	<i>360</i>	<i>-----</i>
<i>São João</i>	<i>80</i>	<i>795</i>
<i>São Miguel</i>	<i>50</i>	<i>360</i>
<i>Nossa Senhora da Luz</i>	<i>30</i>	<i>207</i>
<i>S. Jorge dos Órgãos</i>	<i>100</i>	<i>-----</i>

¹ CERRONE, Frederico. **História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)**. Apresentado pelo Bispo Paulino Livramento Évora. Praia. 1983. Pag.14

² Cf. BALENO, Ilídio Cabral. **Povoamento e Formação da Sociedade**. In HGC.V.I Volume. 2ªEdição. Pag.140-141

*Como e quando se desencadeia o processo de povoamento desses núcleos populacionais é algo que a documentação não esclarece, mas estamos em crer que desde muito cedo se começou a povoar o interior de Santiago”.*¹

Observando o quadro citado, vê-se claramente que a distribuição da população pelas diferentes freguesias era irregular, uma vez que o número de habitantes varia de freguesia para freguesia. Santa Catarina do Mato era a mais populosa e as freguesias de Nossa Senhora da Luz e Nossa Senhora da Graça constituíam as menos povoadas. Neste quadro, a freguesia de São Miguel aparece com 50 fogos, correspondendo aproximadamente a uma população de 360 pessoas.

A nosso ver, o povoamento do interior de Santiago desencadeou-se a partir de 1472, altura em que o Rei determinou que os moradores de Santiago só podiam levar para a costa africana os produtos produzidos na própria ilha. Neste contexto, os moradores viram-se obrigados a investirem nas actividades produtivas, nomeadamente a agricultura e a pecuária. Assim, pode-se afirmar que havia uma relação muito estreita entre os povoados do interior e a Ribeira Grande, já que o comércio com a costa africana era alimentado pelas produções dos referidos núcleos populacionais. Também pensamos que o desenvolvimento desses núcleos populacionais dependia dos escravos, já que estes constituíam a base da sociedade e da produção.

Assim, nunca é de mais ressaltar que o tráfico de escravos desempenhou um papel importante no desenvolvimento económico de Santiago. Esta actividade proporcionava aos moradores da Ilha avultados lucros, que por sua vez, eram investidos na produção interna e por conseguinte no desenvolvimento da mesma.

Enquanto que nos centros urbanos da ilha (Ribeira Grande e Praia), a base económica era o comércio, nos povoados do interior a agricultura e a pecuária constituíam a base da economia. *“A cidade e as vilas, diversamente, são espaços humanizados de elevada densidade e cujo povoamento, comparativamente ao dos campos, é altamente concentrado. Elas assentam as suas identidades - e especializações funcionais - na troca, na circulação e na administração, demarcando-se assim dos espaços rurais dominados pela agricultura e pecuária”*².

¹ BALENO, Ilídio Cabral. Op. Cit. Pag.141-142

² SILVA, António Correia e. **A Sociedade Agrária – Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros**. In SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord). **História Geral de Cabo Verde**. II Vol. II Edição. P. 275 - 276.

O autor supracitado deixa claro que a diferença entre os dois espaços não é apenas económico mas também social. Nos espaços rurais vamos encontrar um povoamento disperso, enquanto que nos centros urbanos o povoamento é concentrado. O referido autor diz ainda que *“as diferenças vão desde o nível geográfico até ao ideológico, passando pelo económico e pelo social.”*¹

Apesar das diferenças socio-económicas e culturais existentes entre os centros urbanos e o interior, a verdade é que o interior apresentava melhores condições para a fixação dos europeus. Para ilustrar este facto diz António Correia e Silva que *“o interior, abrigado aos ventos do Sul, menos expostos às calmarias, e sujeito aos alísios de nordeste, constituía um espaço muito mais sadio aos europeus do que a cidade.”*² O padre jesuíta, Baltazar Barreira, comunga da mesma posição, dizendo que durante o tempo das águas os moradores não se sentiam seguros na cidade³.

Embora não exista muita documentação sobre o interior de Santiago, convém salientar que essa região tinha nas suas oito freguesias uma população expressiva. Senão vejamos o quadro⁴ que retrata a distribuição da população pelo interior de Santiago nos finais do séc. XVI, *“construído a partir dos alvarás de atribuição de côngruas aos curas das freguesias”*⁵:

Freguesias	População	Percentagens (%)
Santa Catarina do Mato	3137	35.33
Santiago (Ribeira Seca)	1913	21.54
S. Nicolau (ribeira de S. Domingos)	1216	13.69
S. Jorge dos Picos (Ribeira dos Órgãos)	850	9.57
S. João Baptista (Ribeira de António)	795	8.95
Santo Amaro (Ribeira do Tarrafal)	400	4.5
S. Miguel (Ribeira dos flamengos)	360	4.05
Nossa. Senhora da Luz (Ribeira de Alcatrazes)	207	2.33

¹ Idem, Ibidem. Pag. 277.

² Idem, Ibidem. Pag. 277.

³ BARREIRA, Padre Baltazar. In. Idem, Ibidem. Pag.277

⁴ Construído a partir de elementos colhidos em “Monumenta Missionária Africana”, 2ª Série, V. III, doc. 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20. In. HGC.V. II Volume. 2ª Edição. Pag.279

⁵ Idem, Ibidem. Pag. 279.

Analisando o quadro acima vê-se claramente que a freguesia de S. Miguel constituía uma das freguesias menos povoadas do interior. Também constata-se que a distribuição da população pelo interior de Santiago é irregular. Sobre a população de São Miguel refere-se o documento Nº 18 que diz: “ (...) *E por ora ser informado que ho capelão curado da igreja de São Miguel da Ribeira dos Flamengos, da dita Ilha de Santiago do Cabo Verde, tinha em sua freguesia çimcoenta foguos e trezentas e sesenta allmas de cõfição, e avia doze mil reaes de seu mantimento ordenado em cada hu ano*”.¹

Para António Correia e Silva (com o qual concordamos), esta irregularidade na distribuição da população pelo interior da ilha em análise tem a ver com a desigualdade na distribuição dos recursos naturais, nomeadamente a água, exposição dos ventos de diferentes proveniências, o declive e o solo. O mesmo autor argumenta, dizendo que as populações procuram fixar-se em regiões com melhores condições para a prática da agricultura, evitando as que oferecem menos condições para esta actividade. É bom não esquecer que a agricultura constituía a base económica das freguesias do interior e que as ribeiras possuíam melhores condições para a sua prática, já que eram zonas possuidoras “*de água, solos aluviais e onde, em razão disso, se consegue atingir uma apreciável intensificação agrícola*.”² Eis a razão que explica a grande concentração demográfica nas ribeiras. Também não é de estranhar o facto de as ribeiras constituírem as sedes de freguesias porque era aí que se construía as igrejas. As achadas e os cutelos, não possuíam boas condições para a prática da agricultura e para a fixação das populações e por conseguinte constituíam zonas sub povoadas.

As ribeiras desempenhavam um papel importante no contexto da ilha, dado que a maior parte da mesma era constituída por “*achadas pedregosas, encostas declivosas, ravinas e cutelos expostos aos fortes agentes erosivos, compostos, na sua maioria, por solos repulsivos à fixação*”³, isto é, não apresentava condições favoráveis à fixação humana. Por exemplo, segundo António Correia e Silva, no extremo Norte da ilha, apenas as pequenas ribeiras nascidas na Serra Malagueta, dentre as quais se destacam as de Flamengos e Tarrafal apresentavam condições favoráveis para a fixação humana e para o

¹ Alvará ao Capelão Curado da Igreja de São Miguel da Ribeira dos Flamengos. Doc. Nº 18. 1572. In. BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**. 2ª Série. II Volume. Agência Geral do Ultramar. Lisboa. 1958-1968.

² SILVA, António Correia e. **A Sociedade Agrária-Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros**. In. **HGCV**. II Volume. 2ª Edição. Pag. 280.

³ Idem, Ibidem. Pag. 282.

desenvolvimento económico. Convém salientar que estas duas ribeiras constituíam as sedes das freguesias de S. Miguel e Santo Amaro, respectivamente.

Dado a grande concentração populacional nas ribeiras, torna-se necessário a criação de instituições administrativas, com vista a satisfazer as várias necessidades das suas populações. Contudo, não nos foi possível localizar temporalmente o início de instalação das instituições administrativas nas freguesias do interior. Entretanto, sabemos que inicialmente as instituições eclesiásticas figuravam como principais instituições de administração dessas localidades.

Com efeito, admite-se que as ilhas cabo-verdianas foram descobertas destituídas de homens, animais e plantas comestíveis. Assim, para a sua ocupação era necessário criar as condições básicas para a sobrevivência humana. Foi assim que os portugueses tiveram como primeira iniciativa a introdução de trigo, centeio e cevada, isto é, produtos os quais estavam habituados, mas que não tiveram sucesso devido “*ao regime irregular das chuvas e dos ventos fortes do nordeste*”¹. Para fazer face ao problema tiveram que trazer outras plantas e de outras paragens do Mundo, nomeadamente da América, da África e do Oriente. Desses continentes, a América foi o que deu melhor contribuição para o património agrário destas ilhas. Isto deve-se ao facto de ser deste Continente que veio o milho que se adaptou tão bem ao nosso clima e que se tornou a base alimentar dos cabo-verdianos até bem pouco tempo. Neste contexto, a ilha de Santiago desempenhou um papel importante, visto que os “*os produtos eram acumulados em Santiago e, de certo modo, experimentados antes de serem introduzidos no Novo Continente*”², assim sendo, não se pode desprezar o seu contributo no desenvolvimento económico das regiões atlânticas.

Também é bom frisar que, segundo alguns autores, as actividades económicas desenvolvidas em Santiago nos primeiros tempos de colonização tinha um carácter mercantilista, isto é, Santiago tinha uma economia de mercado. Para confirmar este facto, gostaríamos de citar um dos investigadores da História Geral de Cabo Verde que diz o seguinte: “*a cana-de-açúcar, o algodão e o gado das herdades de Santiago destinavam-se ao abastecimento do mercado costeiro e europeu e não para o consumo local*”³. Porém, outros autores dizem que “*a agricultura cabo-verdiana nunca passou de uma agricultura de subsistência, ainda que existissem algumas plantações de culturas extensivas, como o*

¹ ANDRADE, Elisa. Op. Cit. Pag.57

² Idem, Ibidem Pag.58

³ SILVA, António Leão Correia e. **Histórias de um Sahel Insular**. 2ªEdição. Praia. Spleen Edições. 1996. Pag.65

algodão e a cana sacarina, para exportação dos seus produtos derivados, nomeadamente panos, açúcar e aguardente”¹. Comungamos desta posição, visto que embora alguns produtos cultivados em Santiago destinavam-se à exportação, os lucros eram utilizados para a aquisição dos produtos não cultivados na ilha. Quanto à mão-de-obra era assegurada pela importação de escravos. Assim pode-se dizer que a agricultura santiaguense estava intimamente ligada ao comércio da costa africana. Isto deve-se ao facto de ser nesta região que se vendia os produtos de Santiago e era ali que se adquiria a sua força produtiva.

No entanto, a partir do séc. XVII vamos ter uma viragem na exploração agrícola de Santiago. Segundo António Correia e Silva, a grande exploração escravocrata e mercantil desenvolvida nos primeiros tempos de colonização vai dar lugar à pequena exploração baseada na mão-de-obra familiar e no cultivo de géneros para a auto-subsistência. Para o autor atrás referido, as causas da decadência das grandes explorações agrícolas prende-se com a acentuada depressão comercial do séc. XVII e suas consequências. O mesmo diz que esta crise desvinculou a Ilha das rotas comerciais e do mercado internacional e provocou ao mesmo tempo a falta de mão-de-obra escrava e a falta de mercado para os produtos agrícolas. Neste sentido, os grandes proprietários rurais impossibilitados de explorarem as suas terras por causa da falta de mão-de-obra e falta de mercado consumidor vão ter que arrendá-los e dividi-los entre os homens livres. *“A crise do modo de produção Escravocrata obriga os senhores a engendrarem, como via de sobrevivência, novas formas de articulação com o campesinato. Uma delas será o arrendamento de terras. Não tendo recursos em mão-de-obra para manter em laboração as suas grandes fazendas, facto de resto testemunhado por diversos observadores que recorrentemente falam da existência de terras devolutas, incultas e abandonadas, os grandes proprietários vão fragmentar as suas explorações, dando-as em arrendamento a muitos forros, com fome de terra*”². Esta crise foi assim uma oportunidade para os homens livres e pobres se tornarem rendeiros, já que sem mão-de-obra as propriedades agrícolas não têm valor económico.

Com efeito, deve-se sublinhar que a crise das propriedades agrícolas teve consequências nefastas sobre a economia da ilha e sobre as condições de vida das suas populações. A este respeito diz-nos António Correia e Silva que *“a diminuição das receitas do Estado derivada da depressão comercial provocava a penúria de dinheiro e*

¹ PEREIRA, Daniel. *A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII*. 2ª Edição. Praia. S/d. Pag.48

² SILVA, António Correia e. *Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades*. In. HGC.V. III Volume. Pag.19

consequentemente generalizava-se o atraso de pagamento dos funcionários e clérigos”¹. Assim, podemos afirmar que o impacto desta crise foi maior sobre as pessoas que tinham um rendimento fixo. Para retratar o peso dessa crise sobre os clérigos, António Correia e Silva cita a carta do Bispo de Cabo Verde datada de 24 de Fevereiro de 1600 que diz o seguinte: “...E que do dito tempo a esta parte foram as cousas em tanta carestia que com o ordenado que têm se não podem sustentar comodamente e viver com a limpeza que requer o estado sacerdotal”².

Nesta carta, o Bispo evidenciou que a situação financeira do clero era muito precário e que não lhes permitia uma vida condigna. Também pode-se deduzir que os escravos foram as principais vítimas desta crise. Convém sublinhar que esta crise surgiu devido a perda de importância estratégica da ilha de Santiago no comércio internacional e que o clero dependia das receitas deste comércio.

A perda de importância estratégica de Santiago no referido comércio está intimamente ligada à intensificação da concorrência dos ingleses, franceses e holandeses na costa africana e às suas actividades de corso e pirataria³. “*Logo, perdida que foi a posição detida por Cabo Verde enquanto «entreposto de escravos», eram utópicas e pouco realistas quaisquer propostas que visassem o incremento desse negócio tendo como base a ilha de Santiago. As alternativas para a época eram poucas, tendo em conta a nossa pequenez, a nossa fragilidade, a nossa capacidade de produção. E agravava-se ainda mais a pobreza, a miséria, mergulhando-nos, cada vez mais, numa profunda crise de crescimento de que não mais nos recuperaríamos*”⁴.

A decadência do comércio escravocrata deixou Santiago numa situação de profunda crise económica e sem boas perspectivas de futuro. Se nos primeiros tempos de colonização a ilha de Santiago conheceu um desenvolvimento económico acelerado, o mesmo já não se pode dizer a partir do séc. XVII. Vários autores, entre os quais Daniel Pereira, dão conta desta situação ao dizer que “*a situação em Santiago no primeiro quartel do séc. XVIII é de profunda penúria e miséria. O comércio declinou assustadoramente, há enormes dificuldades de tesouraria por quebra de receitas, não se pagam os funcionários,*

¹ SILVA, António Correia e. **Histórias de um Sahel Insular**. Op. Cit. Pag.79

² BRÁZIO, Pe. António citado por SILVA, António Correia e. In. **Histórias de um Sahel Insular**. Op. Cit. Pag.79

³ Sobre este assunto mandamos consultar BALENO, Ilídio Cabral. **Pressões Externas. Reacções ao Corso E À Pirataria**. In HGC.V. 2ªEdição. II Volume. Pag.127

⁴ PEREIRA, Daniel. Op. Cit. Pag.44

há fuga de moradores, a administração era caótica, confusa, inconsequente. Havia demasiados títulos e ofícios para magros recursos económicos e financeiros”¹.

No entanto, com a decadência da sociedade escravocrata vamos ter o nascimento de uma nova classe social, isto é, a dos pretos forros. A partir do séc. XVII, enquanto diminuía a camada escrava, aumentava significativamente a dos forros. Para confirmar esta situação, António Correia e Silva, citando a lista do Bispado de Cabo Verde de 10 de Maio de 1731, diz que os escravos constituíam 17.2% da população, os forros constituíam 51.1% e os mestiços constituíam 29.1%. segundo este documento do Bispado, os forros constituíam maioritariamente a sociedade santiaguense. Além “*da alforia e das fomes cíclicas, a fuga para as montanhas inacessíveis do interior era um outro factor que justificava a redução dos escravos na sociedade santiaguense*”². Vários factores justificavam esta fuga, nomeadamente “*as contínuas invasões dos piratas, e inimigos, e as fomes, os fizeram desunir, e afugentar para as vizinhas montanhas...*”³ Correia e Silva diz que com a escassez de mão-de-obra escrava, os grandes proprietários tentaram recorrer ao assalariamento dos homens não proprietários, o que não foi fácil tendo em conta que os homens livres opunham grande resistência ao trabalho assalariado, razão por que recaíram sobre eles vários preconceitos: “*vagabundos, brutos, alcoólatras, desmazelados e vadios*”.⁴

Sobre este assunto, António Correia e Silva cita um anónimo de 1784 que diz o seguinte: “*Toda a plebe montanhesa é extremamente rústica e selvagem, e totalmente ignorante da doutrina cristã, porque, como vive pelos montes, aonde cada um tem o seu casal, com a searazinha, e aonde pastam os seus gados, sendo quase comua a sua vivenda, ai mesmo vão criando seus filhos brutinhos, sem comunicação, nem doutrina*”⁵. Este anónimo deixou explícito que os forros livres, sobretudo os que viviam nas montanhas, eram mal vistos na sociedade. Ainda relativamente a esta classe social, João da Silva Feijó faz o seguinte comentário: “*Nesta dispersão, adquirindo estes povos geralmente com o tempo um espírito livre, e quase selvagem, vive cada um em sua choupana, ou pequeno domicílio. A impossibilidade de terem uma educação regular, não só científica mas ainda*

¹ Idem, Ibidem. Pag.42

² Cf. SILVA, António Correia e. **Histórias de um Sahel Insular**. Op. Cit. Pag.87

³ FEIJÓ, João da Silva - Apresentação e comentários de António Carreira - **Ensaio e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII)**. Praia. Edição do Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1986. Pag.6-7

⁴ SILVA, António Correia e. **Histórias de um Sahel Insular**. Op. Cit. Pag.89

⁵ Idem, Ibidem. Pag. 90

*mesmo religiosa, os faz supersticioso e alguma coisa parecidos nos seus costumes, modo de viver, de vestir, de fazer suas núpcias, funerais e criar seus filhos, etc. aos povos de Guiné, de quem se pode dizer os herdaram, e actualmente recebem pelo trato familiar com a escravatura”*¹. Esta classe vivia à margem da sociedade, isto é, resistiam à escravatura e ao controlo das instituições, já que viviam em zonas de difícil acesso. Segundo António Correia e Silva é este estado de independência em relação aos grandes proprietários que valeu a esta classe a designação de vadio (badio em crioulo).

Ainda sobre a situação social, citaremos Daniel Pereira que diz que *“o edifício social de Santiago apresentava um certo grau de complexidade, com muitos conflitos e querelas infundáveis para gerir, agravados, por um lado, pelo caos administrativo vigente e por outro, pelos problemas económicos existentes, a indisciplina generalizada, para além de outros males mais, que se foram avolumando-se, com o tempo, num perigoso crescente”*².

Assim, podemos afirmar que a situação sócio - administrativo reflectia a difícil situação económica por que passava a ilha de Santiago nesta altura. Segundo o mesmo autor, a situação social era de autêntica anarquia. Trata-se de *“uma sociedade onde impera a lei do mais forte, onde se regista a indisciplina, a corrupção de costumes, o desrespeito pelas leis, cujas causas profundas se filiavam na instabilidade económica e carência de organização dos agentes administrativos, na ignorância de procedimentos e outros vícios bem enraizados na sociedade crioula, cuja gestão se revela particularmente complicada e, sobretudo, perigosa”*³. Está claro que a *“administração pública era deficiente, ineficaz e caótica”*⁴, isto é, não estava em condições de responder as demandas das populações devido a situação de crise económica que abalou profundamente a sociedade santiaguense. Assim sendo, para reorganizar a administração pública, de forma a torná-la capaz de responder as necessidades das populações, era necessário relançar as bases da economia. Só assim a ilha de Santiago estaria em condições de pagar os seus funcionários e de ter uma administração funcional.

No tocante à questão judicial, a situação não era melhor. *“Havia excessivas interferências, ausência de uma delimitação evidente e clara entre os poderes, executivo, político e eclesiástico, imiscuindo-se reciprocamente nas áreas uns dos outros, o que*

¹ FEIJÓ, João da Silva. Op, Cit, pag.7

² PEREIRA, Daniel. Op. Cit, Pag.67

³ Idem, Ibidem. Pag.72

⁴ Idem, Ibidem. Pag.80

provocava vários problemas de funcionamento”¹. É claro que a não delimitação dos vários poderes nas suas áreas de actuação trazia vários problemas ao funcionamento da justiça. Poderia chegar-se ao caso de não se saber quem devia intervir para pôr cobro a uma determinada situação.

Não gostaríamos de terminar este capítulo sem fazer uma breve incursão sobre a situação eclesiástica. A igreja católica constitui, sem dúvida, uma das primeiras instituições a serem implantadas em Santiago. Aliás, um dos objectivos da colonização era espalhar a fé cristã pelo Mundo fora. Relativamente a Cabo Verde, diz padre António Brázio que “*a responsabilidade evangelizadora pertenceu desde o descobrimento à Ordem de Cristo*”². Refira-se que esta doação foi concedida antes da descoberta das ilhas de Cabo Verde. Lembramos que “*em 7 de Junho de 1454 tinha doado D. Afonso V à Ordem toda a espiritual administração e jurisdição, sobre todas as praias, terras e ilhas conquistadas ou a conquistar no futuro, com expressa obrigação de mandar prover aqueles povos que conquistados forem, de pregadores e reitores que lhes administrem os eclesiásticos sacramentos*”³. Mesmo antes de conhecidas, as ilhas de Cabo Verde se encontravam sob a jurisdição da Ordem de Cristo.

No que concerne à construção das igrejas, não há dúvidas de que se iniciaram logo no início da colonização. Disso nos informa Frederico Cerrone, na sua obra “*História da Igreja de Cabo Verde*” (Subsídios), ao afirmar que em 1462, foi erigida na Ribeira Grande a paróquia de Nossa Senhora da Conceição. O mesmo conclui, dizendo que nessa altura já havia presença de sacerdotes em Cabo Verde. Estes dados vão confirmar a ideia de que os padres chegaram ao nosso país junto com os primeiros colonos. É claro que a construção das igrejas não ficaram por aqui. Segundo Senna Barcellos “*a igreja do Espírito Santo, na Ribeira Grande, teria sido mandada construir por iniciativa do Infante D. Fernando, entre 1466 e 1470*”⁴. Entretanto, gostaríamos de salientar que segundo os mesmos autores, estas igrejas foram construídas pela Ordem de Cristo com a colaboração dos primeiros moradores. Esta parceria demonstra a sensibilidade desses moradores para com as questões religiosas.

¹ Idem, Ibidem.

² Pe. António Brázio, citado por CERRONE, Frederico. In. **História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)**. Praia. 1984. Pag.14

³ Idem, Ibidem.

⁴ BARCELLOS, Christiano José de Senna. Citado por SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João. **Igreja, Missionação e Sociedade**. In HGCV. 2ªEdição. II Volume. 2001. Pag.376

A presença dos padres em Cabo Verde foi se intensificando à medida que se aumentava a população. Disso nos confirma “*Pêro de Guimarães que ao fazer o censo do burgo da Ribeira Grande, nos informa que dentre 58 vizinhos brancos se contavam 13 clérigos (incluindo o vigário e três frades, dos quais dois eram pregadores)*”¹. É bom não esquecer que este corregedor chegou a Ribeira Grande em 1513. Com efeito, estes dados apresentados demonstram que os padres constituíam uma parte significativa da população da Ribeira Grande.

No entanto, atendendo ao dinamismo do desenvolvimento sócio-económico verificado nos primeiros tempos de colonização, tornava-se necessário criar um quadro eclesiástico que pudesse responder de forma eficaz as necessidades espirituais das populações. É neste contexto que “*em 1532 D. João III solicita ao Papa a criação de novas dioceses ultramarinas com sedes na ilha terceira dos Açores, Santiago de Cabo Verde, São Tomé e Goa*”². O Monarca ao argumentar o seu pedido diz que “*as almas dos cristãos seriam mais acarinhadas do ponto de vista espiritual, mas também se daria azo à conversão dos infiéis das referidas partes, bem como dos mouros*”³. O rei deixou claro, no seu pedido, que com a criação da diocese de Santiago de Cabo Verde, a igreja católica estaria melhor preparada para responder as inúmeras solicitações da sociedade insular. Deve-se ressaltar que a igreja católica assumia várias responsabilidades, nomeadamente catequese, ensino, pregação, ministração de sacramentos, gestão de conflitos, entre outras. Assim, podemos afirmar que a igreja católica desempenhava um papel importante no desenvolvimento sócio-cultural das populações. “*Além das tradicionais (a cristianização dos escravos, possibilitar o exercício de culto aos homens livres e as acções caritativas), elas eram centros de registos cartoriais de mortes, testamentos, baptismos, etc.*”⁴ Neste sentido, as actividades sócio-culturais giravam em torno das igrejas. Dado a “*quase ausência de instituições de administração pública civil era o cura da freguesia o gestor da vida comunitária. Também a igreja era a única instituição de registo dos fregueses*”⁵ Nas palavras do mesmo autor, seria muito redutor enfocar o papel da igreja na sociedade agrária apenas como uma instituição de culto. Contudo, “*após várias discussões em Roma*

¹ SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João. OP. Cit. Pag.378

² Idem, Ibidem. Pag.369-370

³ Idem, Ibidem. Pag.371

⁴ SILVA, António Correia e. **Espaço, Ecologia e Economia Interna**. In ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **HGCV**. I Volume. 2ªEdição. Pag.232

⁵ Idem. **A Sociedade Agrária Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros**. In. **HGCV**. II Volume. 2ªEdição. Pag.285

sobre a criação das novas dioceses, foi criada a diocese de Santiago de Cabo Verde em 1533 pela bula *pro excellenti praeminentia*, de Clemente VII, de 31 de janeiro”¹. A partir dessa data a Ribeira Grande ascendeu à categoria de cidade, passando doravante a designar-se cidade de Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde. É claro que este facto contribuiu para reforçar a sua centralidade, já que além de sede económica, política e cultural, passou a ser também sede religiosa da sociedade insular. Deve-se ter em conta que esta diocese tinha jurisdição espiritual não só sobre as ilhas de Cabo Verde, como também sobre toda a costa da Guiné. A sua criação tinha como objectivo ministrar sacramentos aos cristãos e cristianizar os infiéis, tendo em conta que para Santiago imigravam grandes contingentes de escravos, entre os quais vários professavam, seguramente, o Islamismo.

Toda e qualquer diocese têm como chefe máximo o Bispo que é nomeado pela Santa Sé. Outrora, eles eram apresentados pelo rei e sujeitos à confirmação desta autoridade religiosa. Em relação à diocese em apreço sabe-se que esteve durante muito tempo sem bispo. Isto porque vários bispos nomeados para esta diocese não chegaram a vir para Cabo Verde. “*Sabe-se que o primeiro Bispo para esta diocese, tomou posse em Lisboa e por lá se ficou, o mesmo acontecendo a alguns dos sucessores, a tal ponto que orça por 150 o número total de anos que esta igreja esteve orfã*”². A nosso ver, este facto justifica-se pela pouca atractividade do território Cabo – Verdiano aos olhos dos reinóis. Entretanto, é bom realçar que os bispos eram responsáveis pela “*administração exclusiva de certos sacramentos e funções (ordenação, crisma, consagração de igrejas ou altares, bênção de certos objectos de culto), a jurisdição espiritual universal sobre os fiéis e coisas eclesiásticas do seu bispado (aplicação de censuras e outras penas), defesa da disciplina e ortodoxia*”³. Contudo, na ausência do Bispo arranjava-se sempre uma alternativa para fazer face ao problema. A este respeito, dizem-nos as autoras referidas que “*sempre que se verificava a vagância do Bispo, o cabido ou mesmo o Rei nomeavam como governador espiritual interino da diocese um provisor e vigário geral*”⁴.

Inicialmente havia em Cabo Verde um grande dinamismo na vida pastoral. Todavia, a partir do século XVII vamos ter um certo esmorecimento na vida religiosa e espiritual. Vários factores explicam este facto, entre os quais salientamos “*o ambiente de*

¹ Cf. SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João. Op. Cit. Pag. 371-372

² CERRONE, Frederico. Op. Cit. Pag.21

³ SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João. Op. Cit. Pag.380-381

⁴ Idem, Ibidem. Pag.383

insegurança política, a malignidade do clima, a pobreza da terra pela falta de chuvas, a ausência prolongada dos bispos, a fome e a inconsistência da vida social”¹.

Este último, por sua vez, fez diminuir o número de sacerdotes, que eram os principais dinamizadores da vida espiritual e por isso constituíam a célula básica de qualquer diocese.

A crise económica que se fazia sentir em Cabo Verde, particularmente em Santiago, teve repercussões negativas sobre a vida religiosa das populações. A confirmar este facto, salientamos que *“em 1609, o Bispo e o cabido chamaram a atenção do rei para as faltas que se fazia sentir para manter a dignidade do culto divino, queixando-se da vida miserável que levam, vendo-se na iminência de terem de ir «ao campo sustentar-se com mantimento de gente preta», isto é, milho e, possivelmente, manteiga de vaca, em vez de trigo e azeite”*.² Esta situação levou os membros do clero a introduzirem outros alimentos na sua dieta alimentar, já que era difícil conseguir trigo e azeite alimentos aos quais estavam habituados. Perante esta difícil situação, *“o cabido e demais clérigos preparavam o abandono da ilha, ameaçavam fechar a Sé e demais igrejas, ir buscar remédio de sua sustentação ao campo, à Corte ou ao Reino, sob qualquer pretexto”*³.

Sobre este mesmo assunto diz-nos Daniel Pereira que a situação em Santiago no primeiro quartel do séc. XVIII não era melhor. *“Na realidade, a catequização é praticamente inexistente, seja por falta de ministros da igreja, seja porque este facto era contrariado pelos senhores dos escravos. Os padres eram poucos e maus. Os que haviam preocupavam-se mais com os lucros temporais do que com a salvação das almas”*.⁴ Isto demonstra que os padres priorizavam a luta pela sobrevivência em detrimento das actividades religiosas. Esta difícil situação religiosa perdurou-se até ao séc. XIX, conforme informações avançadas pelo Governador Barros em 3 de Dezembro de 1854: *“o estado de serviço eclesiástico, na Província, é pouco satisfatório, tanto pela profunda ignorância da maior parte dos vigários, como pela soltura de costumes deles”*⁵. Mas, a situação religiosa em Cabo Verde conheceu melhores dias a partir do séc. XIX (1866) com a criação do Seminário Liceu de São Nicolau.

¹ CERRONE, Frederico. OP. Cit. Pag.25

² SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João. OP. Cit. Pag.460

³ Idem, Ibidem. Pag.461

⁴ PEREIRA, Daniel. Op. Cit. Pag.114

⁵ Citado por CERRONE, Frederico. In Op. Cit. Pag.33

CAPÍTULO II

1. São Miguel: Criação – 1834

Temos informações de que as freguesias cabo-verdianas foram criadas pelos bispos. Exemplo disso é a Freguesia de São Salvador do Mundo que “*foi criada pelo Bispo D. Fr. Vitoriano Portuense que morreu em 21 de Janeiro de 1705, antes de concluir a igreja matriz*”.¹

A Freguesia de São Miguel fica situada na parte noroeste da Ilha de Santiago, fazendo fronteiras com as freguesias de Santo Amaro, Santa Catarina e Santiago Maior.

Actualmente, as freguesias cabo-verdianas são circunscrições administrativas diocesanas. Cada uma dessas circunscrições territoriais é designada de paróquia e encontra-se sob a tutela do Pároco. Este é nomeado pelo Bispo da respectiva Diocese e encontra-se sob sua autoridade. Segundo o direito canónico, a Paróquia é uma comunidade de fiéis, constituída estavelmente na igreja particular, cujo cura pastoral, sob autoridade do Bispo Diocesano, está confiado ao Pároco como o seu próprio pastor. A criação, extinção ou alteração de uma paróquia é da exclusiva responsabilidade do Bispo Diocesano, depois de ouvir o Conselho Presbiteral. Por sua vez, o Pároco é o pastor próprio da Paróquia que lhe foi confiado e presta a cura pastoral à comunidade que lhe foi entregue sob a autoridade do Bispo Diocesano.

As paróquias são responsáveis pela administração dos bens da igreja, por um lado e por outro pela assistência espiritual dos fiéis residentes na respectiva circunscrição territorial. Nas paróquias extensas, o Pároco é coadjuvado por um ou dois vigários paroquiais conforme o caso. No caso da Paróquia de São Miguel, o Pároco é auxiliado por dois vigários paroquiais. Convém dizer que em Cabo Verde, na maioria dos casos, o território paroquial coincide com o território da freguesia. Contudo, em São Miguel o território da Freguesia não coincide com território paroquial, ou seja, a Paróquia é mais

¹ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. **A Vila de Assomada**. Edição da Associação dos Amigos de Santa Catarina. 1993. Pag.13

extensa do que a Freguesia. Existem zonas como Achada Lage, Saltos Abaixo, Saltos Acima e João Dias que pertencem à Paróquia de São Miguel, mas que entretanto pertencem às freguesias de São Tiago Maior e Santa Catarina, respectivamente.

Um dado importante a destacar é que essas zonas pertenciam à Freguesia de São Miguel durante o período da colonização. Relativamente às duas primeiras zonas sabe-se que passaram a pertencer à Freguesia de São Tiago Maior aquando da criação do Concelho de Santa Cruz¹.

Quanto às duas últimas zonas, não conseguimos detectar a data e nem tão pouco as circunstâncias que estiveram na base das suas transferências para a Freguesia de Santa Catarina.

Actualmente, no nosso país, não existe Assembleia e Junta da Freguesia, o que leva-nos a concluir que as freguesias cabo-verdianas não têm poderes administrativo, económico e político. Estes pertencem às Câmaras Municipais.

A Freguesia de São Miguel tem como Santo Padroeiro o Anjo do mesmo nome - São Miguel Arcanjo – que se comemora no dia 29 de Setembro. Segundo o Padre António Botelho, ex-vigário paroquial da referida Freguesia, *“foi o Anjo Miguel que dominou os seus pares quando estes se insubordinaram a Deus, alegando que tinham sido criados com a mesma perfeição que o próprio criador. Os anjos revoltosos alegaram: «se somos seres perfeitos como Deus porque devemos nós subordinarmo-nos a Ele»? Foi então que o Anjo Miguel, o único que se manteve fiel, foi incumbido por Deus de combater e dominar os insurrectos. Daí chamar-se São Miguel Arcanjo, ou seja, chefe dos anjos”*.²

Quando foi criada a Freguesia de São Miguel e se iniciou o seu povoamento são questões a que a documentação a que tivemos acesso não esclarecem. Todavia, não temos dúvida de que se trata de uma das freguesias mais antigas da Ilha de Santiago. Já em 1572, ela figurava entre as oito freguesias do interior de Santiago, nomeadamente Santo Amaro do Tarrafal, São Nicolau Tolentino, Santiago, Santa Catarina do Mato, São João, Nossa Senhora da Luz e São Jorge dos Orgãos.

Em 1582, Francisco de Andrade diz o seguinte sobre o interior de Santiago: *“Há nesta Ilha, afora as freguesias da Cidade e Vila da Praya, oito freguesias que estão pela Ilha adentro (...) onde residem suas curas e há todos os dias missas, e fora outras ermidas*

¹ A respeito desta questão mandamos conferir uma entrevista concedida pelo Dr. José Maria Coelho Carvalho, Presidente da então Comissão Instaladora do Município de São Miguel in revista Renascer. CMSM. Nº1. Editor AJOPOP.

² Pe. António Botelho. In. Revista Renascer. Nº1. Câmara Municipal de São Miguel. Editor AJOPOP

*de devoção que há também se dizem missas, mas não são de freguesias (...) Haverá em todas estas oito freguesias 600 homens brancos e pardos e 400 pretos forros casados, os quaes terão em suas fazendas de suas casas 5000 escravos, 3000 de confissão e os 2000 que se ensinão para isso”.*¹ Isto demonstra que a Freguesia de São Miguel já se encontrava habitada em 1572, visto que dispunha de um Cura. Este desempenhava um papel importante em São Miguel, tendo em conta a inexistência de instituições administrativas nesta Freguesia e nas outras do interior de Santiago. Durante o período em estudo, as instituições eclesiásticas constituíam as únicas instituições existentes em São Miguel. Assim sendo, o Cura desta Freguesia figurava como o principal agente administrativo da mesma, isto é, além das funções religiosas, assegurava também funções sociais relevantes.

Como já fizemos alusão atrás, não foi possível determinar com rigor o início de povoamento da Freguesia em estudo dado a inexistência de documentação sobre esta questão. Porém, acreditamos que o povoamento desta parcela do território nacional iniciou-se desde muito cedo. No nosso entender, o processo de povoamento desta região iniciou-se a partir de 1472, altura em que a Côroa Portuguesa obrigou os moradores de Santiago a explorarem economicamente o interior desta Ilha, criando as condições propícias para o povoamento de Santiago e consequentemente para a criação das freguesias do interior, entre as quais a de São Miguel.

Com efeito, devemos lembrar que a Freguesia em análise foi criada com a sua sede na Ribeira dos Flamengos. Entretanto, quando foi mudada a sua sede desta ribeira para a de São Miguel é uma questão que não conseguimos apurar devido ao desconhecimento de fontes sobre o assunto.

Nos finais do séc. XVI, São Miguel albergava uma população constituída por aproximadamente 360 pessoas, compreendendo 4,05% da população do interior de Santiago². À semelhança das outras regiões de Santiago, também a Freguesia de São Miguel apresentava uma concentração demográfica irregular. Isto deve-se ao facto das suas localidades apresentarem condições de fixação humana diversificadas. A Ribeira dos Flamengos constituía, provavelmente, uma das zonas mais habitadas. Quem nos dá conta disso é o ilustre historiador António Correia e Silva que ao falar do extremo Norte da Ilha

¹ F. Andrade, citado por SILVA, António Correia e. **Espaço, Ecologia e Economia Interna**. In. **HGCV**. I Volume. 2ª Edição. Pag.232-233

² Sobre este assunto mandamos conferir o quadro da distribuição da população pelo interior de Santiago, construído a partir de elementos colhidos em “Monumenta Missionária Africana” e apresentado por António Correia e Silva in **HGCV**. 2ª Edição. II Volume. Pag.779

de Santiago, diz que “a paisagem é dominada por numerosas achadas áridas (Achada Grande, Ponta, Tomás, Bilim, etc.) cobertas por extensos pedregais de impossível fixação humana nas condições técnicas de então. Esta dá-se apenas nas pequenas ribeiras nascidas na Serra Malagueta, dentre as quais as importantes são a de Flamengos e a do Tarrafal, onde se instalam as freguesias de São Miguel e Santo Amaro respectivamente”.¹

O referido investigador deixa claro que esta região constituía a região mais atractiva, da Freguesia em estudo, para a fixação humana. Esta situação deve-se ao facto de ser uma zona que possuía abundância de água e solos férteis, condições essas, que eram fundamentais para o desenvolvimento das actividades agro-pastoris. Por isso, São Miguel tinha uma economia agrária, já que a agricultura e a pecuária figuravam como as principais actividades económicas do interior. Contudo, em São Miguel, no período em análise, havia a prática de outras actividades económicas, nomeadamente a pesca e o comércio, mas estas em menor escala.

Até ao séc. XVII, parte da produção agrícola de São Miguel destinava-se à armação de navios para a Costa da Guiné e para o abastecimento dos navios de passagem pelos portos da Ilha, mas a maioria dela era para a subsistência. Por isso, somos de opinião de que a economia de São Miguel nunca passou de uma economia de subsistência, uma vez que os excedentes vendidos serviam para aquisição de outros produtos que nela não eram cultivados.

Para confirmar este facto, citamos Carlos Couto que diz: “no contexto santiaguense, a agricultura, maioritariamente de sequeiro, obedece a uma estratégia que consiste em minimizar os riscos do défice alimentar e não tanto o objectivo mercantil”.² Na opinião do mesmo autor, “o baixo rendimento da agricultura de sequeiro não impede e nem remove a persistência do camponês que, apesar das sucessivas secas, insiste em praticar, guardando quase de «uma forma religiosa» a semente para o próximo ano”.³ Isso demonstra que as secas (com as pragas) constituem os grandes entraves à produção agrícola em Santiago, sobretudo quando se trata da agricultura de sequeiro.

Em São Miguel, as secas são mais frequentes nas zonas do litoral. Por isso, nas zonas altas a produção agrícola é mais frequente e nelas se consegue produzir, todos os anos,

¹ SILVA, António Correia e. **A Sociedade Agrária Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros. In. HGC.V. 2ªEdição. II Volume. Pag.281-282**

² COUTO, Carlos Ferreira. **Estratégias Familiares de Subsistências Rurais em Santiago de Cabo Verde. 1ªEdição. Edição do Instituto da Cooperação Portuguesa/Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2001. Pag.126**

³ Idem, Ibidem.

ainda que seja a um nível muito baixo. Assim, a agricultura de sequeiro ocupa a maior parte das zonas cultivadas, onde o milho e feijão dominam as culturas. Na agricultura de regadio predominam mandioca, banana, cana-de-açúcar, batata-doce, hortaliças, etc. Refira-se que a cana-de-açúcar era utilizada para o fabrico de aguardente, açúcar e mel. “*O açúcar cabo-verdiano era essencialmente exportado para Portugal. O aguardente era exportado sobretudo para Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Brasil. Isto aconteceu até o início do séc. XX*”.¹ As pessoas que não eram proprietárias cultivavam as terras em regime de arrendamento ou parceria.

A pastorícia é uma actividade complementar da agricultura e a quase totalidade dos agricultores da região dedica-se à criação de gado bovino, caprino, suíno, aves diversas. Este gado contribui para o enriquecimento da dieta alimentar das famílias.

Durante o período em estudo, a religião católica dominava a cena religiosa na Freguesia de São Miguel. É possível que houvesse alguns rudimentos de outras religiões nesta região, tendo em conta que os escravos trazidos da costa professavam várias religiões, entre os quais o Islamismo. Mas, como outras práticas religiosas eram proibidas em Cabo Verde, só a religião católica tinha condições de se propagar.

Não estamos em condições de avançar informações precisas sobre a situação social da Freguesia de São Miguel, no período em apreço. Entretanto, presume-se que a situação não era das melhores. A nível da educação não encontramos referências sobre a criação de escolas nesta Freguesia durante este período. Assim, pode-se afirmar que o analfabetismo era massivo em São Miguel. No que concerne à saúde, a medicina tradicional era prática corrente, visto que não encontramos referências sobre a existência de técnicos especializados nesta área e nem sobre a existência de infra-estruturas sanitárias, no período em questão.

¹ ANDRADE, Elisa. Op. Cit. Pag.70

2. São Miguel: 1834-1917

Foi no decurso deste período que se transferiu a sede da Freguesia de São Miguel da Ribeira dos Flamengos para a Ribeira de São Miguel. Contudo, a data e as razões que estiveram na base dessa transferência são questões que não conseguimos apurar dado a inexistência de documentação sobre o assunto. Entretanto, deve-se ter em conta que a primeira igreja da Freguesia em apreço situava-se na Ribeira do mesmo nome. Segundo o Padre António Botelho, esta igreja foi construída por volta dos anos 1700.¹ Assim sendo, podemos situar esta transferência nos finais do séc. XVII e inícios do séc. XVIII.

Com efeito, é bom sublinhar que durante o período em análise (1834-1917), a Freguesia de São Miguel pertenceu ao Concelho de Santa Catarina, que foi criado em 1834. Disso nos informa Henrique Lubrano de Santa Rita Vieira ao dizer que *“por decreto de 17 de Dezembro de 1833, Manuel António Martins, Administrador Geral de urzela desde 1918, na Província de Cabo Verde, foi nomeado Prefeito. Nesta situação, em 14 de Fevereiro de 1834, no dia imediato à sua posse, transferiu a sede do Concelho da Ribeira Grande (actual Cidade Velha), para a incipiente povoação dos Picos, na Freguesia de São Salvador do Mundo, dando assim origem ao Concelho de Santa Catarina”*.² Neste âmbito, podemos afirmar que a criação do Concelho de Santa Catarina está intimamente ligado à transferência da sede do Concelho da Ribeira Grande para os Picos. No entender de Henrique Lubrano de Santa Rita Vieira, esta decisão introduziu um grande dinamismo no desenvolvimento do interior de Santiago.

A partir de 1834, com o desaparecimento do Concelho da Ribeira Grande, a Ilha de Santiago ficou dividida em dois concelhos: Praia e Santa Catarina. Ficaram para o Concelho da Praia as freguesias de Nossa Senhora da Graça, Santíssimo Nome de Jesus, Nossa Senhora da Luz, Santiago Maior, São Lourenço dos Órgãos e para o Concelho de Santa Catarina as freguesias de São João Baptista, São Salvador do Mundo, Santa Catarina, São Miguel Arcanjo e Santo Amaro Abade³.

A Freguesia de São Miguel chegou a ser sede do Concelho de Santa Catarina. Esta informação é avançada por *“António Carlos Madeira Lopes da Silva que no seu estudo monográfico sobre Tarrafal diz que durante 35 anos, isto é, de 1834 a 1869, a sede do*

¹ Padre António Botelho. In. Revista Renascer. Câmara Municipal de São Miguel. Nº1. Editor AJOPOP.

² VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. **A Vila de Assomada**. Edição da Associação dos Amigos de Santa Catarina. 1993. Pag.14

³ Cf. Idem, Ibidem. Pag.15

Concelho de Santa Catarina esteve um tanto ou quanto itinerante, isto é, ora nos Picos, ora em Tarrafal, ora em Ribeira da Barca e ora em Flamengos – São Miguel”¹. Segundo o referido estudo, foi em 1869 que Tarrafal tomou as rédeas da administração do Concelho de Santa Catarina. Este facto também é confirmado por Henrique Lubrano que afirma que “ O Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina no Tarrafal, em 8 de Maio, anunciou no B.O. Nº20/1869, que se fazia público que desde o dia 10 desse mês ficava o Manguê do Tarrafal considerado sede do Concelho, conforme ordens superiores, e que, no mesmo dia, se faria a mudança das diferentes repartições”².

Entretanto, António Carlos Madeira Lopes da Silva afirma que “duas causas estiveram na origem da transferência da sede do Concelho, dos Picos para Tarrafal: a primeira prende-se com o facto de ela situar muito próxima dos influentes morgados da Freguesia de Santa Catarina, e a segunda tinha a ver com a necessidade, de facto, de se criar um outro pólo de desenvolvimento no extremo norte da Ilha que contrabalançasse a Cidade da Ribeira Grande no extremo sul”³.

A Freguesia de São Miguel, tinha a nível administrativo, durante este período, como autoridade máxima o Regedor que era o representante da autoridade concelhia e que se encontrava directamente dependente do Administrador do Concelho de Santa Catarina. Segundo Henrique Lubrano Vieira, “os presidentes das câmaras e administradores do Concelho eram escolhidos entre os proprietários residentes no mesmo”⁴, assim sabe-se que “o Regedor da Freguesia de São Miguel em 1861 era Bernardo Robalo Veiga”⁵. Também a Freguesia de São Miguel contava com uma Assembleia da Freguesia que tinha por missão discutir os problemas da mesma e eleger deputados para as cortes gerais. Encontramos referências de que nos anos de 1873, 1901 e 1910 foi eleito um deputado pela assembleia eleitoral da Freguesia de São Miguel para as cortes gerais. Na eleição de 1901 participaram 449 cidadãos e concorreram 2 cidadãos, sendo eleito o cidadão Mateus Augusto Ribeiro com 445 votos a favor e 4 contra, enquanto que na de 1910 participaram 1084 cidadãos e concorreu apenas um cidadão. Relativamente à eleição de 1873 não encontramos referências do número de concorrentes e nem de participantes.⁶ Analisando

¹ SILVA, António Carlos Madeira Lopes da. Citado por GOMES, José Tavares. In. **Tarrafal. A História. A Terra. As Gentes. “O Melhor dos melhores lugares da melhor Ilha**. Edição do Secretariado Administrativo do Tarrafal. 1989. Pag.28

² VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. Op. Cit. Pag.28

³ Cf. SILVA, António Madeira Lopes da. Citado por GOMES, José Tavares. In. Op. Cit. Pag.7

⁴ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. Op. Cit. Pag.26

⁵ Idem, Ibidem. Pag.22

⁶ Sobre este assunto mandamos conferir AHN. Caixa Nº733

estas eleições, nota-se que no ano de 1910 houve um aumento de mais de 100% de participação dos cidadãos eleitores em relação à eleição de 1901.

Durante o período em estudo, foram realizados vários recenseamentos na Freguesia de São Miguel, com vista a determinar o número de cidadãos eleitores e elegíveis¹, conforme o quadro² que se segue:

Ano	Cidadãos Recenseados	Cidadãos Eleitores	Cidadãos Elegíveis
1881	873	857	16
1886	394	384	10
1893	1397	1382	15
1894	1392	1381	11
1900	625	604	21
1901	697	685	12
1902	788	756	32
1903	922	889	33

Observando este quadro, constata-se que a taxa de alfabetização na freguesia de São Miguel era muito fraca. Pensamos que este facto explica – se pela inexistência de escolas em várias localidades da freguesia em análise. À medida que avançam os anos, tanto o número de cidadãos eleitores, como o de cidadãos elegíveis, ora aumentava, ora diminuía, mas não sabemos as causas dessa oscilação.

Para o ano de 1893, verificamos que entre “*os 15 cidadãos elegíveis apenas 2 eram lavradores. Entre os restantes destacam-se negociantes, proprietários e padre.*”³ Isto demonstra o analfabetismo no interior de Santiago. Um outro facto digno de realce é que entre os elegíveis destacavam-se sobretudo os homens. Vejamos o número de alfabetizados e analfabetos existentes no concelho de Santa Catarina no ano de 1900: neste ano existia em Santa Catarina 1738 alfabetizados, sendo 1583 do sexo masculino e 155 do sexo

¹ Eram considerados cidadãos eleitores os que pagavam contribuições (predial, industrial, renda de casas, décima de juros) e cidadãos elegíveis para cargos administrativos os que sabiam ler, escrever e contar.

² Construído a partir dos dados recolhidos no Arquivo Histórico Nacional, nas caixas N.ºs 751 e 752 da Secretaria-geral do Governo.

³ Cf. AHN. Caixa n.º752 da secretaria – geral do Governo

feminino; 28433 analfabetos, sendo 12918 homens e 15515 mulheres.¹ Nesses recenseamentos foram abrangidas pessoas de diferentes faixas etárias, isto é, dos 22 a 71 anos de idade.

No ano de 1900 encontramos informações contraditórias² que nos dizem que nesse ano foram recenseados na freguesia de São Miguel 615 cidadãos, sendo 594 eleitores e 21 elegíveis. Já para o “ano 1915 foram recenseados 599 eleitores na freguesia de São Miguel, sendo 6 pertencente à raça branca, 299 à raça mista e 294 à raça preta. Desses eleitores apenas 51 participaram na eleição de deputados.”³ Este facto permite-nos concluir que nesta altura o exercício de cidadania na freguesia de São Miguel era muito fraca. Também a raça branca era inexpressiva, enquanto que as raças mistas e preta constituíam a maioria da população desta freguesia.

Durante este período, a economia de São Miguel continua assente na agricultura e na pastorícia. Confirma esta afirmação a regedoria da mesma freguesia que numa correspondência enviada à administração do concelho informa que no ano de 1859 foi desenvolvida uma campanha de plantação de purgueira em todas as regiões de São Miguel. Nesta plantação participaram 561 homens, sendo que cada um deles plantou 40 estacas o que prefazem num total de 22440, ficando ainda muito terreno para plantar já que eram montados para pastagem e tendo neles purgueiras não produziam pasto⁴. Sabemos que a purgueira “foi essencialmente utilizada, até meados do séc. XIX, para preparação do óleo de iluminação e sabão, que cobriam sobretudo o consumo interno.”⁵

A purgueira constituía uma planta de grande utilidade para a economia cabo-verdiana e particularmente para a de São Miguel. Também tratava-se de um produto com alto nível de produção, sobretudo nos anos de boas águas e por conseguinte muito rentável.

Para ilustrar esse facto, eis um quadro⁶ que retrata a quantidade e o valor de purgueiras exportados de Cabo Verde:

1880-1881		1881-1882		1882-1883		1883-1884	
<i>Kilos</i>	<i>Valores</i>	<i>Kilos</i>	<i>Valores</i>	<i>Kilos</i>	<i>Valores</i>	<i>Kilos</i>	<i>Valores</i>
6013331212	14235,142	4598934	106010,807	4289362	92435,212	4527041	111084,062

¹ Cf. AHN. Caixa nº688 da Secretaria-geral do Governo

² Caixa Nº 752 da Secretaria-geral do Governo

³ Cf. AHN. Caixa nº686 da Secretaria-geral do Governo

⁴ AHN. Caixa nº359 da Secretaria-geral do Governo.

⁵ ANDRADE, Elisa. Op. Cit. Pag. 72

⁶ AHN. Caixa Nº 771 da Secretaria-geral do Governo

Analisando este quadro vê-se que a quantidade da exportação de purgueira variou de ano para ano. Este facto, provavelmente, relaciona-se com a irregularidade das chuvas em Cabo Verde. Não foi possível determinar a quantidade de purgueira exportada da freguesia de São Miguel, mas acreditamos que a referida freguesia deu um grande contributo.

Durante o período em estudo, o porto da Calheta¹ tinha uma grande movimentação comercial. Disso nos dá conta o administrador do concelho de Santa Catarina que no seu relatório sobre o mesmo concelho referente ao ano lectivo de 1913/1914 afirma que “*a povoação do porto da Calheta (...) pela sua importância comercial e pelo seu movimento marítimo é digna de mais assídua atenção.*”² Neste relatório ficou implícito de que o porto da Calheta desempenhava um papel importante no desenvolvimento do concelho de Santa Catarina e particularmente no da freguesia de São Miguel. Tendo em conta que nesta altura a via de acesso às regiões vizinhas não eram cómodas e que os meios de transportes não eram abundantes, acreditamos que o porto da Calheta constituía a melhor via de comunicação com as outras regiões de Cabo Verde e não só, e que a vida socio-económica de São Miguel girava em torno desse porto, já que era através dele que as populações vendiam as suas produções e adquiriam os produtos essenciais de que necessitavam.

Este porto tornava-se ainda mais importante para os moradores da Freguesia quando se registava um mau ano agrícola, já que a pesca constituía uma das fontes de sobrevivência para muitas famílias.

2.1. Demografia:

Segundo o recenseamento de 1899, “*a freguesia de São Miguel contava com 8791 habitantes (3930 varões e 4861 fêmeas), sendo 6 pertencentes a raça branca, 6580 pertencentes à mixta e 2205 pertencentes à raça preta, 5 aldeias e uma densidade populacional de 25,1h/km². Já para o recenseamento de 1900, São Miguel contava com 7298 habitantes (3544 varões e 3754 fêmeas), sendo 8 pertencente à raça branca, 6533 pertencente à raça mixta e 727 pertencente à raça preta, 20 aldeias habitadas e uma*

¹ Em 1730 numa lista de portos da Ilha de Santiago aparece o porto da Calheta com o seu Capitão Domingos Lopes Távora. In. AHU. **Cabo Verde. Papéis Avulsos**. Cx. 14. Doc. 15. 1730. Citado por BALENO, Ilídio. **Recomposição do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão**. In. HGCv. III Volume. Pag.202

² AHN. Caixa nº775 da Secretaria-geral do Governo.

densidade populacional de 20,8h/km²”.¹ Estes dados, demonstram-nos uma diminuição da população no ano de 1900 e um aumento muito significativo do número de aldeias habitadas, o que por sua vez explica a diminuição da densidade demográfica verificada. Esta diminuição demográfica aumentou ao longo dos primeiros anos do séc. XX, o que demonstra o recenseamento de 1905. Segundo o mesmo, São Miguel contava com “5894 habitantes (2846 varões e 3048 fêmeas), sendo 9 brancos, 167 mistos e 5678 pretos, 20 aldeias habitadas e uma densidade demográfica de 17h/km²”.² Do ano 1899 para o ano de 1900 houve um aumento do número de brancos e uma diminuição acentuada de negros. Do ano 1900 para o ano de 1901 tem verificado um aumento do número de pretos e brancos e uma diminuição da raça mista. Esta diminuição da população ao longo desses anos explica-se pela alta taxa de mortalidade provocada pelas difíceis condições de vida das populações, sobretudo quando se verificava um mau ano agrícola.

Com efeito, na freguesia de São Miguel verificou-se no ano 1900 “147 óbitos, 122 baptismos e 72 casamentos”³. O número de óbitos foi expressivo na faixa etária dos 0 aos 6 meses, tendo verificado 36 óbitos⁴.

2.2. Educação:

Durante o período em análise, a educação na freguesia de São Miguel enfrentou várias dificuldades. Continuou a não haver escolas em todas as localidades da mesma e enormes constrangimentos dificultavam o normal funcionamento das que existiam. Esta situação é confirmada pela “*acta da sessão da comissão municipal do concelho de Santa Catharina, d’esta ilha de São Thiago, na qual a mesma comissão, resolveu pedir a este tribunal, a aprovação da deliberação, que tomou, de fechar, provisoriamente, a escola municipal estabelecida em Pilão Cão, na freguesia de São Miguel, com fundamento na pouca frequência que teve aquella escola no último ano lectivo e na insuficiência de recursos de que actualmente dispõe o município, e visto que na referida freguesia há uma outra escola, estabelecida na Ribeira de São Miguel*”.⁵ Refira-se que esta deliberação foi aprovada pelo acórdão nº 60 de 12 de Setembro de 1905.

¹ Cf. AHN. Caixa nº688 da Secretaria-geral do Governo.

² Idem, Ibidem.

³ Idem, Ibidem.

⁴ Idem, Ibidem.

⁵ AHN. Caixa nº282 da Secretaria-geral do Governo.

Entretanto, duas razões estiveram na origem desta deliberação, nomeadamente a falta de recursos financeiros para fazer funcionar a escola e a pouca frequência da mesma. Isto leva-nos a concluir que a educação se encontrava num plano secundário. Não havia muita motivação por parte dos alunos, pais e encarregados de educação e nem por parte dos professores, razão por que o aproveitamento académico dos alunos era fraco na maioria das escolas. Isto deve-se ao facto de as escolas não apresentarem boas condições de trabalho e dos alunos terem de percorrer enormes distâncias para chegarem a ela. Por outro, os fracos rendimentos dos pais não os encorajavam a investirem na educação dos seus filhos.

Para evidenciar o fraco aproveitamento académico dos alunos, gostaríamos de citar o relatório do administrador do concelho de Santa Catarina referente ao ano lectivo de 1913/1914, enviado ao Governador da província em 14 de Setembro de 1914 que diz: *“a média, englobada a frequência de todas as escolas, é insignificante, mas a média da frequência das escolas mantidas pelo Estado, neste concelho, separadas das do município, baixa, infelizmente, a 6,1%. Este mau resultado atesta a pouca atenção que a instrução pública tem merecido ao professorado do concelho, (...) Escola houve do Estado, que a percentagem de aprovação é de 2,1% da frequência. (...) Englobada a frequência a média dos aprovados é 7,35%, concorrendo para esta baixa percentagem, as escolas municipais do Biscainho na freguesia de Santo Amaro, Saltos na freguesia São Miguel e Engenho nesta freguesia que, com uma frequência total de 226 alunos, não apresentaram os seus professores um só discípulo a exame. (...) a escola que de ano para ano mais se vae evidenciando em resultados progressivos é a municipal da Calheta da freguesia de São Miguel, de que é professor António da Silva Gonçalves, que este ano apresentou a exame 30 alunos, dos quais 25 tiveram aprovação e representam a alta percentagem de 24,8% da frequência. (...) Em vista de tão desconsoladores resultados e atendendo a imperante necessidade de mais intensamente se derramar a instrução pela mocidade do sexo masculino do concelho, habilitando, assim os homens d’amanhã a serem recebidos nos Estados Unidos da América do Norte, quando vigorar a lei do analfabetismo. (...).”*¹

Neste relatório o administrador do Concelho deixa claro que a situação da educação é preocupante em todo o concelho e particularmente na freguesia de São Miguel. O aproveitamento académico dos alunos é fraco na maioria das escolas, já que no ano lectivo 1913/1914 muitos professores não apresentaram nenhum aluno a exame. Em termos de resultados, o destaque vai para a escola municipal da Calheta que teve maior resultado, isto

¹ AHN. Caixa nº775 da Secretaria-geral do Governo.

é, 24,8% de aprovação. Com vista a melhorar os resultados escolares, o administrador apresentou algumas medidas que, no seu entender, poderia estimular os professores a melhorarem os seus desempenhos. Por exemplo, a Câmara deliberou gratificar os professores com um escudo (1\$) por cada aluno que apresentassem a exame, isto é, sabendo ler e escrever e 2\$50 por cada aluno que apresentassem ao exame das matérias de 1º e 2º grau de instrução primária. O administrador demonstrou preocupação no sentido de instruir os camponeses com vista a prepará-los para emigrarem para os Estados Unidos da América, fugindo assim dos males da seca.

Durante este período, a freguesia de São Miguel tinha apenas 3 escolas, sendo duas municipais e uma oficial. Assim sendo, pode-se afirmar que as autoridades coloniais não estavam interessadas em resolver os problemas educacionais do interior de Santiago.

2.3. Saúde:

Durante o período em análise, o Concelho de Santa Catarina contava com técnicos especializados na saúde. Sabe-se que *“pela portaria provincial Nº 28, de 28 de Fevereiro de 1864, foi nomeado membro da comissão de socorros do Concelho de Santa Catarina, o médico cirurgião em serviço no mesmo Concelho, José Martins da Vera Cruz”*.¹ Para São Miguel *“foram nomeados pela portaria Nº 148, de 25 de Maio de 1864, delegados da comissão de socorros os senhores: Nicolau Delgado Freire, Domingos Tavares Silva e Gregório de Pina Furtado”*.²

No período em estudo, esta Freguesia não dispunha de infra-estruturas indispensáveis ao seu desenvolvimento, apenas sabemos que durante o ano de 1903 iniciou-se a edificação da igreja matriz³ de São Miguel.⁴

Antes de terminar a análise do período de 1834-1917, gostaríamos de avançar que a situação sócio-económica de São Miguel conheceu altos e baixos. Para confirmar esta situação, citamos alguns relatórios enviados à Secretaria-geral do Governo pelo Administrador do Concelho de Santa Catarina, nos quais informa que em 1903 *“no mês de Março o estado alimentício foi irregular e o comercial desanimado; no mês de Abril*

¹ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. Op. Cit. Pag.23-24

² Cf. Idem, Ibidem. Pag.24

³ Refira-se que em 1861 era vigário da Freguesia de São Miguel o Cónego Victório Tavares de Afonseca.

⁴ Cf. AHN. Caixa Nº688 da Secretaria-geral do Governo.

*agravou o estado alimentício no litoral da Freguesia de São Miguel; no mês de Maio foi mau o estado alimentício no Concelho, tornando a crise mais intensa na Freguesia de São Miguel. No ano de 1915 o mesmo administrador informa que de uma forma geral foi bom o estado sanitário em todos os meses, apesar de terem aparecido alguns casos de pneumonias no mês de Junho; regular o estado sanitário, com excepção dos meses de Abril, Maio, Julho Setembro e Novembro e que o estado comercial foi desanimado ao longo do ano devido a Guerra Europeia e falta de cereais e legumes nos mercados públicos do Concelho. A nível industrial continuou o fabrico de aguardente, açúcar, sabão e louça de barro. A nível de educação, funcionaram regularmente as escolas públicas e municipais do Concelho”.*¹

Para o ano de 1916, o mesmo documento diz que *“na Freguesia de São Miguel o número de óbitos aumentou de 104 no mês de Setembro para 115 no mês de Outubro, predominando óbitos de crianças até 2 anos, sendo 74 o número de óbitos verificados nesta faixa etária, com aparecimento de novos casos de sarampo. O estado alimentício melhorou um pouco devido ao aparecimento de alguns produtos no mercado como milho, abóboras, batata-doce e algumas variedades de feijões. A nível da indústria local fabricou-se azeite de purga, sabão, esteiras e cordas. Relativamente à agricultura prevê-se um bom ano agrícola, já que choveu em todo o Concelho.”*²

A nosso ver, o que condicionou a situação sócio-económica de São Miguel ao longo do período em análise foi a falta de chuvas, já que se trata de uma região com economia agro-pastoril e os reflexos da 1ª Guerra Mundial, que dificultou, seguramente, a importação dos géneros de 1ª necessidade. Contudo, é bom sublinhar que o litoral da Freguesia foi um dos celeiros da Província, nos anos de boas chuvas. Esta afirmação é avançada por Henrique Lubrano ao referir que *“o litoral do lado de Santiago Maior e Tarrafal, era considerado o celeiro, não só da Ilha de Santiago, mas de toda a Província, sem menosprezar as outras freguesias, isto apenas nos anos de boas chuvas, porque nos anos maus e medíocres, que eram os mais frequentes, o celeiro passava para o interior da Ilha, para as freguesias de São Salvador do Mundo, Santa Catarina e São Lourenço dos Órgãos”.*³

Assim, nos anos de boa chuva e consequente boa colheita, São Miguel dava um contributo para o abastecimento alimentar de Cabo Verde.

¹ Cf. AHN. Caixa Nº 688 da Secretaria-geral do Governo.

² Cf. AHN. Caixa nº 686 da Secretaria-geral do Governo.

³ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. Op. Cit. Pág.45

3. São Miguel: 1917-1975

Foi neste período que se procedeu a transferência da sede da Freguesia de São Miguel da Ribeira do mesmo nome para a povoação da Calheta. Apesar de não termos dados seguros sobre a data dessa transferência, presume-se que foi nos anos 50 do século passado, tendo em conta que foi nessa altura que se iniciou a construção da igreja paroquial da Calheta. Esta igreja foi construída pelo ilustre missionário, Padre Crettaz, originário da Suíça, que trabalhou em Cabo Verde durante muito tempo e que foi Pároco da Freguesia de São Miguel durante vários anos. Gostaríamos de destacar que a construção desta igreja contou com a solidariedade dos seus conterrâneos suíços e dos paroquianos de São Miguel.

O lançamento da primeira pedra para a construção da referida igreja foi feita pelo Bispo D. Faustino Moreira dos Santos e tudo indica que foi em 1954. Disso dá-nos conta Frederico Cerrone ao dizer que *“quando Deus chamou à recompensa, em 26 de Julho de 1955, a este grande missionário, deixava ele, levantadas dos alicerces, nove igrejas e, com a primeira pedra lançada e os alicerses abertos, a igreja de Calheta de São Miguel”*.¹ Com a inauguração dessa Igreja em 1963, lançou-se as bases para a construção da Vila da Calheta.

As razões que estiveram na base da transferência² da sede da Freguesia para a Calheta são as seguintes: A falta de comunicação entre a Ribeira de São Miguel e as outras regiões da Paróquia, sobretudo no tempo das águas; a exiguidade da região para ser sede da Paróquia; a doença do Pároco e o crescimento populacional da Calheta.³

Durante este período, a Freguesia de São Miguel pertenceu ao Concelho do Tarrafal, Concelho este situado no extremo norte de Santiago. Este Concelho foi criado *“no ano de 1917, por decreto N° 3108-B, de 25 de Abril, publicado no suplemento N° 3 ao B.O N° 25 de 1917, desintegrando-se do Concelho de Santa Catarina que tivera já a sua sede na Vila do Tarrafal até 1912”*.⁴

¹ CERRONE, Frederico. Op. Cit. Pag.52

² A decisão dessa transferência é atribuída ao Padre Crettaz.

³ Sobre este assunto, conferir entrevistas no anexo.

⁴ GOMES, José Tavares. Op. Cit. Pag.3

Com efeito, o jornalista José Tavares Gomes chama-nos a atenção para alguma polémica que envolve a criação do Concelho do Tarrafal. Segundo ele, enquanto o dr. António Carlos Madeira Lopes da Silva, num estudo sobre a Freguesia de Santo Amaro cita o decreto de 20 de Junho de 1872 que cria o Concelho do Tarrafal, dados oficiais pertencentes aos dois municípios, apontam o ano de 1917 como data segura da sua criação. Esta dúvida acerca da criação do Concelho do Tarrafal tem a ver com a mudança constante da sede dos serviços administrativos, uma vez que as autoridades administrativas da época residiam ora numa localidade, ora noutra de acordo com os seus interesses.

Também gostaríamos de sublinhar que o Concelho do Tarrafal foi criado na categoria de Concelho Irregular. Este tinha como autoridade máxima o Chefe Administrativo, enquanto que os concelhos regulares tinham como chefe máximo o Administrador. Entretanto, é bom dizer que *“o Chefe Administrativo, além das funções que cabia ao administrador do Concelho, tinha mais, entre outras, a função do Presidente nato da respectiva comissão municipal. Nos concelhos regulares, isto é, nas câmaras municipais, havia o Presidente e cinco vogais, que deviam servir por 3 anos, a contar do dia 2 de Janeiro imediato ao dia da eleição ordinária. Nos concelhos irregulares, isto é, nas comissões municipais, além do respectivo Chefe Administrativo, que era o Presidente, havia dois vogais eleitos nas mesmas condições anteriores”*.¹

O que diferencia um Concelho regular de um irregular é exatamente a designação e a composição das suas autoridades administrativas.

Com a criação do Concelho do Tarrafal, a Iha de Santiago ficou dividida em três concelhos ou circunscrições administrativas.

3.1. Justiça:

No início do séc. XX, foram criados em São Miguel tribunais arbitrais com vista a resolver os diferendos sociais. A constituição desses tribunais estava sob a responsabilidade, tanto da Comissão Municipal do Tarrafal, como da Junta local da Freguesia e ambas as instituições referenciadas apresentavam candidatos para a constituição dos mesmos. Temos referências de que *“em 1923 foram apresentados José Mendes da Veiga, José Paulo Gomes Sanches, Manuel Rodrigues Tavares, Crispiniano*

¹ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. Op. Cit. Pag.56

*Gomes Ribeiro, Inácio Landim de Barros e Lucas Orrico para constituírem o referido tribunal na Freguesia de São Miguel, sendo os três primeiros apresentados pela Comissão Municipal do Tarrafal e os três últimos pela junta local de São Miguel”.*¹ Em 1926 este tribunal foi constituído pelos mesmos cidadãos.

Nessa época, a Freguesia de São Miguel passou a contar com uma Delegação Administrativa. Em 1917 foram propostos os primeiros indivíduos para delegados administrativos. Sabe-se que *“em 1917 foram propostos para delegados administrativos na Freguesia de São Miguel António da Silva Gonçalves e António Luciano Silva, sendo o primeiro efectivo e o segundo substituto”.*² O documento citado informa-nos que em 1920 foi reconduzido no cargo o delegado efectivo, sendo o substituto substituído por Mamede Barbosa Vicente. Convém dizer que os delegados administrativos eram propostos pelas autoridades concelhias e sujeitos à nomeação do Governador da Província.

3.2. Infra-estruturas:

Relativamente às infra-estruturas, temos informações de que *“no ano de 1919 foi construído um mercado na povoação da Calheta”*³ que introduziu uma nova dinâmica na vida sócio-económica da Freguesia, já que as populações de São Miguel passaram assim a contar com um lugar onde podiam expor os seus excedentes e onde podiam adquirir os géneros essenciais que não produziam. Assim, a vida económica e social dessa terra girava em torno da Calheta, porque era ali que existiam o porto e o mercado, o que levou a um crescimento populacional dessa povoação. Este crescimento, segundo muitas fontes, foi uma das causas que motivou a transferência da sede da Freguesia de São Miguel para esta região.

3.3. Educação:

Para ilustrar o estado educacional da Freguesia de São Miguel durante o período em destaque (1917-1975), citamos uma nota do professor da escola dos Saltos enviado à administração do Concelho do Tarrafal em 1918, que diz: *“levo ao conhecimento dessa*

¹ Cf. AHN. Caixa nº194 da Secretaria-geral do Governo.

² Cf. AHN. Caixa nº193 da Secretaria-geral do Governo.

³ Cf. AHN. Caixa nº194 da Secretaria-geral do Governo.

administração o estado deplorável em que se encontra a escola desta localidade com respeito aos móveis, o que tem sido e continua a ser um inconveniente inqualificável. A escola tem 111 alunos matriculados e como móveis apenas seis bancos, uma carteira, um quadro negro e uma mesa para o professor. (...) O mais notável ainda é que esta escola não possui uma cadeira sequer, de modo que desde a sua criação até ao presente esta tem-se-lhe dado também de empréstimo. Por isso requerem-se providências afim de se remediar tais necessidades porque a sua continuação deixa graves consequências em vista do mal-estar que dela advem dos alunos.”¹

Acreditamos que a situação evidenciada pelo referido professor não reinava apenas na zona de Saltos, mas sim um pouco por toda a Freguesia. É claro que uma escola com essas condições não oferece um ambiente propício para a aprendizagem e por conseguinte para um bom aproveitamento académico. Segundo a nota apresentada pelo professor, as condições de trabalho das escolas não encorajavam os professores a darem os seus máximos à causa da educação. Apesar desses grandes constrangimentos que pesavam sobre a educação na Freguesia de São Miguel, achamos bem sublinhar que o número de alfabetizados aumentou, progressivamente, ao longo dos tempos. Basta dizer que “*no ano de 1926 existia na Freguesia de São Miguel 506 elegíveis para cargos administrativos*”.² Esta redução do analfabetismo, no nosso entender, tem a ver com a criação de outras escolas na Freguesia.

3.4. Economia:

A agricultura e a pecuária, nesse período, continuaram as principais actividades económicas, sendo a pesca uma importante fonte de rendimento para muitas famílias. Estas actividades económicas enfrentavam várias dificuldades. A pesca era praticada em moldes tradicionais e as secas cíclicas dificultavam o desenvolvimento das actividades agro-pecuárias.

Para ilustrar um pouco a situação sócio-económica da Freguesia, ao longo do período em estudo, citamos o relatório da administração do Concelho do Tarrafal de 1918 e 1924 enviado à Secretaria-geral do Governo. O relatório de 1918 informa que “*de uma forma geral foram regulares os estados sanitário e alimentício, com excepção do mês de*

¹ AHN. Caixa nº193 da Secretaria-geral do Governo.

² Cf. AHN. Caixa nº754 da Secretaria-geral do Governo.

Setembro em que o estado sanitário correu pouco satisfatório e o estado alimentício mau. O estado comercial foi muito desanimado. A nível de instrução funcionaram regularmente as escolas do Concelho, havendo necessidade de abrir outras. Relativamente às infra-estruturas, foram concertados os edifícios municipais e reparados os caminhos vicinais do Concelho. No que concerne às indústrias continuaram o fabrico de açúcar em grande escala na Freguesia de São Miguel e pequenas indústrias como o fabrico de sabão, panos, esteiras e balaies. Faleceram na Freguesia de São Miguel 348 pessoas, sendo 181 do sexo masculino e 167 do sexo oposto”¹.

“Relativamente ao ano de 1924, de uma forma geral, o estado sanitário continuou um pouco alterado devido ao aparecimento de muitos casos de sarampo e tosse nas crianças e de febre palustre; o estado alimentício, embora os habitantes vendessem tudo por preços exorbitantes, aproveitando como sempre a recente melhoria concedida aos funcionários públicos, o povo viveu sem grandes dificuldades devido a regular colheita do ano passado. A nível da instrução pública funcionaram regularmente as escolas do Concelho. Faleceram na Freguesia de São Miguel 40 pessoas. A nível de obras procedeu-se a reparação dos caminhos vicinais, notando-se uma grande relutância por parte dos contribuintes em satisfazer o imposto braçalmente. Preferem pagá-lo a dinheiro porque a taxa é apenas \$50 de modo que muitos caminhos ficam por concertar, por falta de braços. Assim, o Chefe Administrativo do Concelho, solicitou ao Governador no sentido de modificar as portarias provinciais que regulamentam o pagamento dos impostos, subindo a taxa do mesmo. Só deste modo se consegue obrigar os indivíduos a pagarem os impostos braçalmente e não em dinheiro, permitindo o concerto de todos os caminhos vicinais do Concelho”².

Não encontramos relatórios referentes aos outros anos do período em estudo. Todavia, pensamos que a situação sócio-económica da Freguesia de São Miguel nos restantes anos não se distanciaram muito do retratado no relatório. De uma forma geral, a situação sócio-económica retratada é relativamente estável, embora a situação comercial é apresentada como sendo precária em todos os anos em apreço, já que a produção agrícola, muitas vezes, era nula, o que provocava uma diminuição dos produtos no mercado e um aumento exorbitante do preço dos mesmos. Isso leva-nos a afirmar que ao longo do período em estudo, o comércio foi uma actividade irrelevante na Freguesia de São Miguel.

¹ Cf. AHN. Caixa nº 688 da Secretaria-geral do Governo.

²Idem, Ibidem.

Um outro aspecto que se pode constatar, a partir desses relatórios, é que os óbitos eram muito elevados na Freguesia de São Miguel, o que permite-nos concluir que as crises eram muito intensas.

3.5. Demografia:

Neste período, São Miguel conheceu um grande decréscimo a nível demográfico. Isto deve-se às grandes secas e fomes que assolaram Cabo Verde no séc. XX, provocaram altas taxas de mortalidade em todas as regiões. Ainda hoje, em São Miguel, muitos velhos recordam-se com tristeza a célebre fome de 1947, que provocou uma crise profunda na Freguesia. No nosso entender, estas secas se transformaram em fomes devido ao abandono em se encontravam votadas as ilhas cabo-verdianas pelas autoridades coloniais portuguesas. Estas não se preocupavam em resolver os reais problemas dos territórios coloniais. Refira-se que perante esta profunda crise, os cabo-verdianos (entre os quais, muitos de São Miguel), viram-se obrigados a emigrarem para os outros países, sobretudo para os países africanos como São Tomé e Príncipe, Senegal e Angola.

A pouca vontade das autoridades portuguesas em resolver os problemas dos seus territórios coloniais, levou ao surgimento de movimentos nacionalistas nesses territórios. Esses movimentos surgiram a partir dos anos 50 do século passado e foram liderados por personalidades que estudaram na Metrópole, nomeadamente Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, entre outros. Estes, conscientes de que a realidade dos seus países eram diferentes da realidade portuguesa e de que os seus povos eram capazes de assumir os seus próprios destinos, começaram a sensibilizar os seus compatriotas no sentido de lutarem pela sua emancipação. Foi assim que a partir dos anos 60 do século passado se iniciaram as lutas armadas em alguns dos territórios coloniais portugueses. No caso cabo-verdiano, esta luta foi desencadeada pelo PAIGC e culminou com a Independência Nacional em 1975.

CAPÍTULO III

1. São Miguel: 1975-1996

Durante este período a Freguesia de São Miguel continuou a pertencer ao Concelho do Tarrafal. A Independência Nacional introduziu um novo dinamismo em todos os sectores da vida social em Cabo Verde e na Freguesia de São Miguel em particular.

1.1. Demografia:

Segundo o censo de 1980 (1º Recenseamento geral da População e Habitação) São Miguel contava com uma população residente de 12349 habitantes, sendo 5265 do sexo masculino e 7084 do sexo feminino, distribuído pelas suas várias localidades. Entre os vários povoados, destaca-se o da Calheta com 1368 habitantes, sendo 622 do sexo masculino e 746 do sexo feminino. Já para o censo de 1990, a Freguesia conta com uma população de 13786 habitantes, sendo 5919 do sexo masculino e 7867 do sexo feminino. O censo de 1990 demonstra um progressivo crescimento demográfico nos anos 80, que se deve à melhoria das condições de vida das populações verificadas a partir da independência nacional. A zona da Calheta constituía, nesses anos, um dos maiores pólos de desenvolvimento da Freguesia. Refira-se que “*Calheta situa-se na parte noroeste da Ilha de Santiago, estendendo-se pela faixa costeira leste, de onde, segundo os entendidos no assunto lhe advém o nome*”.¹ A zona da Calheta tem ganhado importância progressiva ao longo dos anos. Neste âmbito, “*foi desenvolvido um processo de geminação com a Cidade Austríaca de Deutsch-Wagram em Setembro de 1979, altura em que foram assinados protocolos de amizade e cooperação entre as duas comunidades*”².

¹ GOMES, José Tavares. Op. Cit. Pag.25

² Boletim Informativo da Câmara Municipal do Tarrafal. Nº 0. 1998. Pag.11

1.2. Educação:

Após a independência, além das reformas introduzidas na educação, foram feitos investimentos não só na construção de escolas, como também na formação dos professores. De referir que em muitas localidades da Freguesia de São Miguel, as escolas funcionavam em casas alugadas ou doadas por particulares, entre as quais muitas se encontravam em estado avançado de degradação. Assim sendo, muitas dessas escolas não apresentavam as mínimas condições de trabalho, isto é, não ofereciam condições propícias para o Ensino-Aprendizagem.

As reformas educativas empreendidas visaram mudar a filosofia educativa, tendo em conta que no período colonial, a educação não se encontrava alicerçada à realidade cabo-verdiana. Neste período, a Freguesia de São Miguel contava com escolas do ensino básico, praticamente, em todas as localidades e a partir do ano lectivo 1990/91 passou a contar com uma Escola do ensino Básico Complementar (ex-ciclo preparatório), situada na zona da Calheta.

A nível do Ensino Secundário, contava apenas com a Escola Secundária “Padre Moniz”, que tinha por objectivo acolher os alunos que se encontravam fora do sistema educativo, ou por causa da idade ou por excesso de reprovações. Refira-se que esta escola foi inaugurada em 1977 e funcionava como uma Escola do Ciclo Preparatório e só depois é que se evoluiu para uma Escola Secundária. Assim sendo, após concluir o Ciclo Preparatório, os alunos da Freguesia de São Miguel tinham que deslocar-se em direcção aos outros concelhos (Santa Catarina e Praia), onde existiam liceus oficiais.

Neste âmbito, a cooperação com uma cidade Austríaca desempenhou um papel importante, o que é confirmado pelo jornalista José Tavares Gomes quando diz que “*a geminação com Deutsch-Wagram tem já dado os seus frutos, como sendo o fornecimento de alguns autocarros para transporte de alunos que frequentam o ensino liceal na Vila de Assomada*”.¹

Entretanto, achamos bem lembrar que esses autocarros transportavam não só os alunos da Freguesia de São Miguel como também da Freguesia de Santo Amaro Abade. Assim sendo, podemos afirmar que esta geminação representou uma mais valia para todo o Concelho do Tarrafal. Foi graças a ela que muitos alunos da Freguesia de São Miguel

¹ GOMES, José Tavares. Op. Cit. Pag.27

tiveram acesso ao ensino secundário, porque vários pais e encarregados de educação não podiam custear o transporte para o Liceu de Santa Catarina dos seus educandos.

Além dos autocarros, sabe-se que a Cidade Austríaca tem dado outras importantes contribuições, nomeadamente fornecendo materiais didácticos e medicamentos. De realçar que o projecto de electrificação da Calheta deve-se também a esta geminação.

Apesar da Escola Secundária “Padre Moniz” ser uma escola privada, não se pode desprezar o seu contributo no desenvolvimento sócio-cultural da Freguesia de São Miguel, no período em análise. Isto porque esta escola acolhia no seu seio vários alunos, entre os quais muitos em idade escolar. Estes por não poderem frequentar os estabelecimentos oficiais de ensino devido a dificuldades de várias ordens, frequentavam a escola “Padre Moniz” e no fim do ano lectivo faziam exames nos estabelecimentos públicos de ensino.

Foi nos anos 90 do século passado que foi inaugurada a estrada que liga a povoação da Calheta à Vila de Assomada, passando pela Ribeira dos Flamengos, estrada esta que contribuiu para um maior desenvolvimento económico da Freguesia de São Miguel e quiçá de todo o interior de Santiago. Tendo em conta a sua importância para o desenvolvimento desta região, foi recentemente lançada a primeira pedra para a sua reabilitação.

1.3. Administração:

A partir do início dos anos 90, a Freguesia de São Miguel passou a contar com uma Delegação Municipal, ganhando assim uma maior autonomia administrativa e financeira. Isto aconteceu após as primeiras eleições autárquicas realizadas em Cabo Verde. Convém referir que *“cada Delegação Municipal é chefiado por um Delegado Municipal, nomeado e exonerado livremente pela Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente. A Delegação Municipal tem a competência que lhe for delegada pelos órgãos executivos municipais. A Câmara Municipal inscreverá no orçamento municipal o mínimo de 5% da previsão da cobrança de receitas para os investimentos a realizar por cada Delegação Municipal”*.¹

A criação de delegações municipais representa uma forma de descentralizar o poder municipal, isto é, chegar a administração municipal mais próxima das populações. No nosso ponto de vista, o que motivou a criação da Delegação Municipal de São Miguel é seguramente o seu crescimento demográfico, já que a povoação da Calheta constituía um

¹ B.O da República de Cabo Verde. Nº21. I Série. 3 de Julho de 1995.

dos pólos de desenvolvimento mais significativo do Concelho do Tarrafal. Sendo assim, a Freguesia de São Miguel merecia uma maior atenção das autoridades concelhias.

A criação de uma Delegação Municipal é sempre uma mais valia para a respectiva circunscrição, visto que segundo o decreto-lei que regulamenta a criação das delegações municipais, o Município deve prever no mínimo 5% do seu orçamento para investimentos na área que circunscreve a respectiva Delegação Municipal.

Por sua vez, *“o Delegado Municipal dirige e coordena todas as actividades da delegação municipal, competindo-lhe exercer as competências delegados pelos órgãos executivos municipais. Compete também ao Delegado Municipal exercer, nos termos da lei, as competências delegadas pela administração do Estado, pelos institutos públicos e suas representações concelhias.”*¹

A partir de então, A Freguesia de São Miguel passou a contar com maior capacidade de intervenção para fazer face aos problemas que afligiam as suas populações.

1.4. Economia:

Durante este período, São Miguel continuou com uma economia agro-pastoril. Apesar das dificuldades, estas duas actividades económicas constituíam as principais fontes de rendimento para a maioria das famílias da Freguesia. Refira-se que segundo o recenseamento pecuário de 1995, a Freguesia de São Miguel era uma das regiões onde a pecuária se encontrava mais desenvolvida, sendo por isso o principal produtor pecuário da Ilha de Santiago. A pesca e o comércio continuaram, também, a ser importantes fontes de rendimento, embora o comércio em menor escala.

1.5. Saúde:

Apesar da situação sanitária se mostrar ainda longe de ser satisfatória, neste período, foram introduzidas melhorias significativas no domínio da saúde, já que a partir dos anos 90 foram construídas Unidades Sanitárias de Base em algumas zonas, o que demonstra a preocupação das autoridades centrais e locais em aproximar a saúde das populações.

¹ B.O da República de Cabo Verde. Nº13. I Série. 26 de Abril de 1999.

Após a Independência, São Miguel conheceu um crescimento demográfico significativo. Por isso, tornou-se necessário criar os serviços indispensáveis para fazer face às demandas das populações. Assim, vários serviços públicos criaram aí delegações.

A instalação desses serviços teve um impacto positivo sobre a vida das suas populações, que passaram a resolver os vários problemas na própria Freguesia, mais concretamente na zona da Calheta onde eles estiveram sedeados, deixando os micaelenses de ter necessidade de se deslocarem à sede do concelho.

Entretanto, temos que sublinhar que as deslocações à Vila do Tarrafal não eram fáceis, sobretudo para as populações que residiam no interior da Freguesia, tendo em conta a ineficácia dos meios de transportes. As pessoas tinham que viajar de véspera e tinham que ficar vários dias no Tarrafal para obterem determinados documentos. Neste âmbito, a instalação de determinados serviços em São Miguel constituía uma necessidade premente. Consciente dessa situação, as autoridades nacionais e locais começaram a dotar a Freguesia de São Miguel de serviços indispensáveis ao seu desenvolvimento, no decurso do período em destaque. Assim, aquando da criação do Município de São Miguel, existiam na Freguesia de São Miguel os seguintes serviços:

- Delegação dos Registos, Notariado e Identificação Civil;
- Delegação dos serviços da Promoção Social;
- Delegação do Instituto Nacional de Engenharia Rural e Floresta (INERF);
- Estação Postal e Telecomunicações;
- Posto Policial;
- Posto Sanitário e quatro Unidades Sanitárias de Base;
- Divisão do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pesca;
- Representação Marítima;
- Delegação da Empresa Pública de Abastecimento (EMPA);
- Estruturas do Ministério da Educação;
- Escola Secundária Padre Moniz;
- Serviços de Energia Eléctrica e Água.

É claro que a instalação desses serviços em São Miguel não satisfaziam plenamente as aspirações e os anseios das populações desta região, que desde muito tempo sonhavam em um dia se tornarem senhores do seu próprio destino. Foi assim que em 1 de Janeiro de 1997, viu-se realizado um dos maiores sonhos de sua existência. Pois, entrava em vigor a lei N°11/V/96, de 11 de Novembro, que criou o Município de São Miguel.

2. São Miguel: 1996-2000

A partir de 1996, a Freguesia de São Miguel foi elevada à categoria de Concelho, deixando de pertencer ao Concelho do Tarrafal e tornou-se assim o 6º Município da Ilha de Santiago e o 17º Município da República de Cabo Verde. Segundo a lei de 11 de Dezembro de 1996 “*o território do Concelho de São Miguel é o da Freguesia de São Miguel*”.¹

O município de São Miguel fica situado na parte oriental da Ilha de Santiago, entre os municípios de Santa Cruz (ao sul), Tarrafal (ao Norte) e Santa Catarina (a noroeste), abrangendo uma área de 92 km². Segundo a lei acima referida: este novo Município tem a sua sede situada na povoação da Calheta, que é elevada à categoria de Vila (artigo 2º); pertencem ao Município de São Miguel as receitas municipais cobradas no seu território a partir de 1 de Janeiro de 1997 (artigo 6º); a eleição dos titulares dos órgãos do Município terá lugar com as primeiras eleições municipais gerais que ocorrerem após a sua criação (artigo 9º); fica o Governo autorizado a adoptar as providências normativas, administrativas e financeiras indispensáveis à correcta instalação do Município de São Miguel e à execução do que na presente lei se estabelece (artigo 10º);

Com este diploma foram criados os alicerces necessários à instalação do Município de São Miguel, satisfazendo assim as aspirações dos cidadãos que desde há muito tempo acalentavam a esperança de um dia a sua terra vir a ascender a categoria de Concelho. Lembramos que desde longa data, um grupo de cidadãos de São Miguel vinha exigindo do Governo uma maior autonomia política, administrativa e financeira da sua Freguesia. Deste modo, em 1997 um sonho acalentado por várias gerações veio a tornar-se realidade, quando foram criadas as condições para que os cidadãos de São Miguel tomassem conta dos seus próprios destinos.

O Município de São Miguel surgiu na sequência da mudança política e administrativa ocorrida em 1991, com as primeiras eleições livres e democráticas, que visavam servir as populações dos diferentes concelhos do país através da descentralização do poder, chegando-o mais perto das mesmas e imprimir uma maior eficácia na administração do País.

¹ B.O da República de Cabo Verde. Nº38. I Série. 11 de Novembro de 1996

Durante este período (1996-2000), São Miguel foi administrada por uma comissão administrativa, designada por Comissão Instaladora do Município de São Miguel, que acumulava simultaneamente as competências de Câmara e Assembleia Municipais. Refira-se que esta Comissão Instaladora foi empossada a 31 de Janeiro de 1997 e tinha como nobre missão preparar o Município para as primeiras eleições dos titulares dos seus órgãos autárquicos. Estas vieram a realizar-se a 20 de Fevereiro do ano 2000, saindo vencedora a equipa do Movimento Para a Democracia (MPD), liderada pelo Dr. José Maria Coelho Carvalho, Presidente da então Comissão Instaladora. Convém salientar que a referida Comissão Instaladora era composta por um Presidente e quatro vogais.

O Município de São Miguel conta com 23 localidades, com um povoamento disperso, possuindo um relevo predominantemente montanhoso, orientado da costa para o interior até à Serra Malagueta a uma altitude de 1000 metros, já nos limites do Concelho de Santa Catarina. Também conta com quatro importantes bacias hidrográficas, nomeadamente Flamengos, Ribeireta, São Miguel e Principal, sendo Flamengos a sul e Principal a norte. Entre as localidades, destaca-se a da Calheta que com a sua elevação à categoria de Vila conheceu um grande crescimento urbano, o que é notório na extensão e alargamento dos terrenos ocupados pelas habitações. Os emigrantes têm dado um contributo extraordinário nesse sentido e constituem um dos grandes parceiros de desenvolvimento do Município. Isto porque através da construção civil garantem vários postos de trabalho ao longo do ano.

Com efeito, no decurso do período em análise, foi implementado um programa de instalação do Município, abrangendo diversos sectores da actividade municipal, dos quais se destaca: a implantação dos serviços municipais, sua estruturação, organização e funcionamento; a capacitação e aperfeiçoamento profissional dos seus recursos humanos; a construção de infra-estruturas de abastecimento de água, de educação, de saúde, desporto, electrificação rural, entre outras. Disso nos informa João Gomes Duarte ao afirmar que *“no seu programa de actividades, a Comissão Instaladora privilegiou um conjunto de acções que visam a infra-estruturação do Concelho, criando as condições básicas para o lançamento do mesmo na senda do desenvolvimento. Mereceram igualmente atenção dos responsáveis municipais os sectores de saúde, educação, promoção social, juventude,*

*cultura, desportos, planeamento e ordenamento do território, saneamento básico, entre outras”.*¹

2.1. Infra-estruturas:

A Comissão Instaladora procurou dotar o Concelho de infra-estruturas² e equipamentos sociais importantes para o seu desenvolvimento: durante o período referenciado, foi remodelada a antiga igreja matriz de São Miguel, situada na ribeira do mesmo nome; foram construídas o paços do Concelho e a residência do Presidente da Câmara; melhorou-se a rede de distribuição de água na Vila da Calheta e foram construídos reservatórios de água em todas as localidades do Concelho; elaborou-se o plano urbanístico da Vila; iniciou-se o projecto de electrificação das zonas de Achada do Monte, Pilão Cão e Achada Bolanha (projectos que ainda se encontram em curso) e electrificou-se a zona de Ribeireta; foram construídos jardins-de-infância em várias localidades, placas desportivas em algumas zonas, praças e espaços verdes, estradas em zonas de difícil acesso, arruamentos e calcetamentos na Vila.

2.2. Educação:

Além dessas infra-estruturas, o Concelho passou a contar com uma Delegação do Ministério da Educação, a partir do ano de 1998.

Foram construídas vários jardins infantis, tendo em conta que em diversas zonas do Concelho eles funcionavam em habitações muito precárias, isto é, sem as mínimas condições, que eram alugadas a particulares ou cedidas por estes. A Comissão Instaladora procurou garantir o acesso à educação pré-escolar em condições dignificantes, com construções de infra-estruturas próprias e equipadas convenientemente.

Para o ensino Básico, foram construídas salas de aulas e espaços para educação física em diversas localidades. Perante a inexistência de uma escola secundária pública no Concelho, a escola secundária “Padre Moniz” passou a receber apoios, tanto do Governo

¹ DUARTE, João Gomes, vogal da então Comissão Instaladora. In. **Revista Renascer**. CMSM. Nº1. Editor AJOPOP.

² Sobre este assunto conferir idem revista.

como da Comissão Instaladora. A este respeito diz-nos Filipe Furtado: *“no domínio da educação colaboramos com o Ministério da Educação na construção de várias salas de aulas, do Liceu da Calheta e na remodelação da Escola Secundária Padre Moniz, onde foram construídas mais quatro salas de aulas para o Ensino Secundário. Como a escola não tem professores suficientes, o Ministério coloca ali alguns docentes e a Câmara tem pago propinas a cerca de 20 alunos mais carenciados”*,¹

A partir dessa altura, podemos afirmar que a Escola Secundária “Padre Moniz” assumiu outras responsabilidades no âmbito da educação, isto é, ela passou a ser uma escola semi-privada. O Ministério da Educação passou a nomear professores para essa escola e ela passou a acolher alunos em idade escolar, sem contudo perder de vista a sua vocação inicial. Entretanto, deve-se salientar que apesar de nesta escola funcionar apenas o 1º e o 2º ciclos, ela não possuía salas de aulas em número suficiente para satisfazer as demandas do Concelho. Neste âmbito, vários alunos continuaram a deslocar-se a Santa Catarina para estudarem no Ensino Secundário, sobretudo no 3º ciclo que não era ministrado no Concelho de São Miguel.

2.3. Saúde:

O novo Concelho passou a contar com um médico residente, dois enfermeiros e uma ambulância. Foi também remodelado o posto sanitário da Calheta, com vista a proporcionar aos profissionais do sector melhores condições de trabalho e construídas várias Unidades Sanitárias de Base, que têm uma grande importância, uma vez que prestam os primeiros cuidados sanitários. Assim, em casos menos graves, as pessoas não precisam de deslocar-se ao posto sanitário da Vila. Mas é claro que São Miguel ainda carece de técnicos suficientes para responder as suas necessidades. Apesar de todas as limitações, o Concelho passou a contar com melhores condições, tanto a nível da saúde como a da educação.

2.4. Economia:

A economia de São Miguel continua ainda sendo uma economia assente na agricultura, pesca e pastorícia. Entretanto, com a persistência das secas, ao longo dos anos,

¹ FILIPE, Furtado. Vogal profissionalizado da então Comissão Instaladora. **O Sonho que Valeu a pena**. In. Idem Revista.

a agricultura e a pastorícia tendem a perder importância, dando lugar a outras actividades, nomeadamente a pesca e o comércio, que vêm ganhando espaço dia após dia.

Relativamente à pesca, é bom não esquecer que São Miguel possui uma zona litoral com boas condições para o seu desenvolvimento e um porto que outrora era muito movimentado.

A electrificação da Vila da Calheta favoreceu o sector da construção civil dando-lhe um novo dinamismo e que criou diversos postos de trabalho ao longo dos anos. Por outro, a electrificação também favoreceu o surgimento de pequenas indústrias tais como as oficinas de carpintaria e marcenaria, serralharia e soldagem, mecânica auto, bate chapa e pintura, confecção de blocos para construção, bares, restaurantes, barbearias, salões de cabeleireiro, etc.

2.5. Cultura:

O Município de São Miguel tem grandes potencialidades culturais. Para capitalizar essa vertente, a Comissão Instaladora tentou apostar no folclore com realização de festivais anuais de batuque¹ e de funaná, por ocasião da comemoração do dia do município. Estas actividades vêm atraindo milhares de munícipes e visitantes à Vila da Calheta todos os anos. De referir, também, que o Concelho é a terra natal da célebre personagem do finaçon e batuque “Nha Nácia Gomi”.

Os rabelados contribuem também para o enriquecimento do acervo cultural de São Miguel. É bom não esquecer que *“os rabelados são uma espécie de cristãos velhos. Foram na sua maioria, crentes fervorosos, muito dos quais «antigos cantores» que se divorciaram da igreja nos anos 40 com a chegada a Cabo Verde dos padres da ordem franciscana que usavam a batina branca em vez de preta. Esses padres introduziram novos valores e impuseram certos preceitos a que muitos católicos não estavam habituados, tais como alteração do texto das orações dos catecismos, celebração da missa campal, interdição, entre os fiéis, de certas práticas tradicionais, como «reças» e «ladainhas» nos domicílios, bem como a tentativa de substituição de certos valores culturais locais como o batuque e o baile de gaita – funaná- pelos folclores das províncias da então Metrópole”*.²

¹ Existem grupos de batucadeiras organizadas em todas as localidades do Concelho.

² GOMES, José Tavares. Op. Cit. Pag.59

Convém salientar que o surgimento dos rabelados está intimamente ligado às novas orientações introduzidas no ensino da religião católica em Cabo Verde, nos anos 40, pelos padres franciscanos. Foram assim designados por “ *não concordarem com a introdução do novo sistema de ensino da religião católica em Cabo Verde*”.¹ Os rabelados constituem um grupo com características específicas. Dedicam-se à agricultura, pastorícia e ao artesanato. Procuram ser auto-suficientes, isto é, não gostam de trabalhar nas obras do Estado e nem nas de particulares.

3. São Miguel: 2000-2006

No ano 2000, pela primeira vez na sua história, os micalenses foram chamados para escolher os líderes dos seus órgãos autárquicos e o que de novo aconteceu em Março de 2004. Esta última eleição foi de novo vencida pela equipa do Movimento Para a Democracia, encabeçada pelos Srs. João Gomes Duarte e Emanuel Miranda, actuais presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal. Refira-se que esta última tem o poder legislativo e a Câmara Municipal tem o poder executivo.

Gostaríamos de lembrar que o actual Executivo Camarário é constituído por sete elementos, sendo um Presidente e seis vereadores, que respondem pelos seguintes pelouros: Saúde e Ambiente; Abastecimento Público, Saneamento Básico e Espaços Verdes; Desenvolvimento Económico e social; Juventude, Cultura e Desportos; Infra-estruturas, Planeamento e Obras e Educação. Por sua vez, a Assembleia Municipal é constituída por deputados do Movimento Para a Democracia (MPD), do Partido Africano Para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e do Partido da Convergência Democrática (PCD).

Segundo o censo de 2000, o Concelho de São Miguel contava, nessa época, com 16104 habitantes, sendo o maior centro populacional, a Vila da Calheta, com 5967 habitantes.

¹ Cf. CARVALHO, Luís de. **São Miguel: O Município depositário de um símbolo de Resistência**. In. São Miguel Revista Semestral. Nº 00. Setembro de 2005.

3.1. Economia:

Em termos económicos, apesar da agricultura e da pecuária tenderem a perder importância devido às secas que tem assolado o Concelho ao longo dos anos, ainda constituem importantes sectores de actividade económica.

A pecuária, é por sua vez, uma actividade produtiva complementar da agricultura e desempenha um papel importante, enquanto fonte de rendimento para muitas famílias. Cientes do peso destas duas actividades na economia do Concelho, ao longo do período em análise, foram nelas investidos milhares de contos com vista a sua modernização. Basta dizer que actualmente encontra-se em curso um projecto de modernização da agricultura em todas as bacias hidrográficas do Concelho e vastas extensões de terras contam com um sistema modernizado de irrigação. Também encontra-se em curso um projecto de modernização da pecuária que visa apoiar os criadores de gado na construção de curais familiares e fornecimento de novos animais.

No que concerne à pesca, trata-se ainda de uma actividade exercida por processos essencialmente artesanais, em pequenas embarcações de boca aberta. Porém, nos últimos anos esta actividade tem conhecido alguma modernização, com a substituição de remos por motores de popa. A pesca até é insuficiente para abastecer o mercado local, apesar disso ela é uma actividade importante, em São Miguel, tendo em conta o número de empregos que proporciona e o número de famílias que sustenta no Concelho. Não obstante a grande faixa costeira que envolve o Concelho, este sector não tem dado grande contributo para o desenvolvimento económico do mesmo já que ainda é praticada de forma muito tradicional.

Actualmente existem no Concelho 80 pescadores efectivos, que operam em 35 botes de madeira com dimensão média de 4 metros de comprimento, equipados com motores de popa. A distribuição do pescado pelas diferentes localidades é assegurada por 120 peixeiras.¹ Entretanto, existem alguns projectos que visam promover o seu desenvolvimento: *“Temos um projecto com financiamento garantido por parte da cooperação chinesa para compra de duas embarcações de pesca tipo industrial e outros acessórios para uma indústria piscatória mais desenvolvida. O primeiro passo para isso, foi dado com a entrega em Julho, aos pescadores de uma unidade de produção de gelo o que irá facilitar tanto o pescador como a vendedeira”*.²

¹ Estes dados foram fornecidas pela Câmara Municipal de São Miguel.

² DUARTE, João Gomes. In. **São Miguel Revista Semestral**. Nº00. 2005. Pag.9

A situação industrial de São Miguel é ainda incipiente. Existe a produção, por processos artesanais e em pequenas unidades familiares, de produtos como aguardente, mel de cana sacarina, queijo de cabra, doçarias, entre outras. Contudo, as pequenas indústrias surgidas com a electrificação da Vila da Calheta e arredores, vem conhecendo cada vez maior dinamismo.

As remessas dos emigrantes pesam significativamente sobre a economia do Concelho. Isto revela-se quer a nível da subsistência das famílias, quer a nível de iniciativas ligadas a pequenos investimentos e na construção de infra-estruturas. Assim, podemos afirmar que os emigrantes têm dado um contributo extraordinário para elevar o nível de vida das populações.

A situação do emprego em São Miguel não difere muito dos outros concelhos do País. A estrutura da administração local e de outros serviços desconcentrados do Estado absorvem um pequeno número de funcionários, tendo estes, na sua maioria, um nível académico baixo e sem qualificação profissional. Parece-nos que ao longo do período em apreço, a situação do emprego em São Miguel se tem deteriorado, porque as Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO) que empregavam milhares de pessoas encontram-se praticamente encerradas. Refira-se que estes postos de trabalho tinham um carácter sazonal e uma remuneração muito baixa. Contudo, é bom não esquecer que a maioria da população de São Miguel depende do emprego público.

Alguns cidadãos de São Miguel dedicam-se ao artesanato, que ainda tem um desenvolvimento inexpressivo, resumindo-se à confecção de balaies, panos de terra, chapéu, esteiras, objectos feitos de coco, de pedra, barro, madeira. Mas, recentemente foi inaugurada uma aldeia artesanal em Espinho Branco, visando promover e valorizar os trabalhos produzidos pelos rabelados.

Não podemos terminar este capítulo sem nos referir ao Turismo, visto que no período em destaque tem se registado algum investimento neste sector. Apesar de São Miguel ser um Concelho com grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo, sobretudo para o de montanha, este encontra-se ainda pouco desenvolvido em termos de infra-estruturas de acolhimento. Estes e outros serviços de apoio ao turismo têm conhecido um desenvolvimento tímido, não obstante as potencialidades existentes. Entre as potencialidades destacam-se *“uma grande diversidade paisagística e cultural em que não só é possível usufruir do mar, pela grande faixa costeira que envolve o Concelho, como também das montanhas e vales, juntando dois produtos diferentes que se complementam*

para um turismo de qualidade. Calhetona e a orla costeira demonstram uma beleza extraordinária e única no conjunto das potencialidades do Concelho. A juntar a este panorama, Chacha e Gongon constituem duas localidades muito procuradas pelos turistas por estarem localizadas em zonas altas na extensão da Serra Malagueta onde existe muita água de nascente. Ainda neste roteiro, existem duas localidades, nomeadamente Mato Correia e Monte Pausada, com características únicas no País”.¹

Estas são algumas das potencialidades que São Miguel pode aproveitar para desenvolver o turismo. Em termos de infra-estruturas de acolhimento, São Miguel tem actualmente duas pequenas unidades hoteleiras dispondo de 6 quartos cada. O turismo deve conhecer um novo dinamismo nos próximos tempos, já que investimentos privados, nomeadamente de emigrantes, começam a ser canalizados para ele, o que prenuncia um novo ritmo de desenvolvimento deste sector. Encontra-se em fase avançada de construção um hotel com 36 quartos e um complexo turístico, prevendo-se que entrem brevemente em funcionamento.

3.2. Saúde:

Ao longo do período em estudo, também foram introduzidas melhorias significativas na saúde. Actualmente, o Concelho conta com dois médicos residentes, sendo um delegado de saúde, 5 enfermeiros e 13 agentes sanitários. Em termos de infra-estruturas sanitárias, São Miguel dispõe de um posto sanitário na Vila e 7 Unidades Sanitárias de Base que funcionam nos principais centros populacionais do Concelho, a saber: Principal, Achada do Monte, Espinho Branco, Pilão Cão, Ribeireta, Ribeira de São Miguel e Ribeira de Flamengos. É claro que a situação sanitária em São Miguel está longe de ser a ideal, tendo em conta que São Miguel ainda não consegue responder as várias demandas. Em casos de enfermidades graves, os doentes são encaminhados para os concelhos vizinhos que reúnem melhores condições sanitárias, nomeadamente Tarrafal ou Praia. Para fazer face às evacuações, o Concelho dispõe de uma ambulância.

Entretanto, existem perspectivas claras de melhoria, já que o centro de saúde de São Miguel se encontra em fase avançada de construção. De igual modo, se encontra em construção o hospital regional do interior de Santiago, a escassos quilómetros do Concelho. Assim, a entrada em funcionamento dessas duas infra-estruturas sanitárias contribuirão

¹ Cf. SOARES, Álvaro Lopes. Vereador pela área de Infra-estruturas, Planeamento e Obras. Idem Revista

para elevar o nível de saúde das populações de São Miguel e por conseguinte para melhorarem as suas condições de vida. Isto porque o Concelho passará a dispor de maior e melhor capacidade para responder as várias solicitações, diminuindo desta forma as evacuações, para os concelhos distantes.

3.3. Educação:

No período em apreço, registaram-se grandes avanços na Educação¹. Actualmente, o Concelho dispõe de 26 jardins-de-infância em diferentes localidades, sendo 25 em infra-estruturas próprias e 1 em espaço alugado. Estes jardins são frequentados por cerca de 1300 crianças com idades compreendidas entre os 3 e 5 anos, orientadas por 46 monitoras, apoiadas por duas orientadoras pedagógicas. A nível do Ensino Básico, o Concelho conta com 11 pólos educativos do EBI, com 167 professores, sendo 160 em efectividade de funções e 7 na função de coordenação pedagógica.

O Concelho ainda dispõe de duas escolas secundárias, sendo uma privada e uma pública. A privada é a Escola Secundária “Padre Moniz” que conta actualmente com cerca de 300 alunos do 7º ano ao 12º ano de escolaridade.

Por sua vez, a Escola Secundária de São Miguel que foi financiada pelo Governo de Cabo Verde em parceria com a Cooperação Luxemburguesa, foi inaugurada no início do ano lectivo 2004/2005 (6 de Outubro de 2004). Trata-se de uma das escolas mais bem equipadas e mais modernas do País. Contou no ano lectivo findo (2005/2006) com aproximadamente 2000 alunos, do 7º ano ao 12º ano de escolaridade. Tem 79 professores (incluindo o Director), dos quais 27 possuem formação superior (entre Bacharéis e Licenciados), enquanto a maioria dos restantes frequenta instituições de formação superior na Praia, nomeadamente, o Instituto Superior de Educação (ISE) e a Universidade Jean Piaget, estando muitos em fase final de formação. O que leva-nos a concluir que a curto prazo, a Escola Secundária de São Miguel terá um corpo docente constituído, na sua maioria, por professores com formação científica e pedagógica.

Ainda no âmbito da educação, o Concelho dispõe de um Centro de Alfabetização e Educação de Adultos, que vem desenvolvendo um trabalho meritório, dando formações em diversas áreas, que visam não só reduzir o analfabetismo, como também integrar os jovens

¹ Os dados referentes ao Ensino Básico e Pré-escolar foram fornecidos pela Câmara Municipal e os referentes ao Ensino Secundário foram apresentados pela Direcção da respectiva Escola Secundária Pública.

no mercado de trabalho. Refira-se que a taxa de analfabetismo no Concelho de São Miguel é de 35,2%, uma das mais altas do País.

3.4. Cultura e Desporto:

As actividades culturais e desportivas, também, conheceram um grande impulso nos últimos anos. Existem vários grupos de carácter cultural, recreativo e desportivo, como associações de agricultores e criadores de gado, associações funerárias, além de grupos de batucadeiras em todas as localidades do Concelho. De igual modo, existem grupos de dança, teatro e musicais.

A actividade desportiva mais expressiva em São Miguel é o futebol. Existem três equipas federadas: o Grupo Desportivo Flor Jovem, a Associação Juvenil Amigos da Calheta (AJAC) e Grupo Desportivo da Calheta. Existem, por outro lado, ainda grupos desportivos organizados em todas as localidades do Concelho que, na sua maioria, carecem de infra-estruturas desportivas (campos de futebol ou placas desportivas) e equipamentos para a prática do desporto.

O movimento associativo conheceu um grande desenvolvimento nos últimos tempos, sobretudo no período em análise. A progressiva sensibilização e consciencialização das diferentes comunidades de que organizados a volta de objectivos comuns estarão melhor capacitados e em melhores condições de contribuir como actores activos na resolução dos problemas que afectam as suas comunidades e o Concelho em geral, fez aparecer associações comunitárias em praticamente todas as localidades. Entre essas associações, gostaríamos de mencionar as seguintes: Agro-Principal; Agro-Hortelã; Agro-Espinho Branco; Agro- Achada do Monte; Flagro-Flamengos; Agro-Miguel; Agro-Ribeireta; Agro-Bolanha.

Existem também várias associações juvenis como o grupo Rock, Flor Jovem, Dança ao Vivo, Associação Cultural e Desportivo de achada do Monte e grupos juvenis de carácter religioso, como Vicentinos, Nova Esperança, entre outros.

A população de São Miguel, à semelhança de grande parte da população cabo-verdiana, é religiosa, sendo a maioria católica. Todavia, existem na Vila da Calheta minorias religiosas como as Testemunhas de Jeová, a Igreja do Nazareno e os Adventistas do 7º dia. É bom não esquecer que existe um grupo com cerca de 300 rabelados na zona do Espinho Branco que tem uma religião própria.

A nível das infra-estruturas religiosas, o Concelho conta com duas igrejas, sendo uma na Vila da Calheta e outra na Ribeira de São Miguel e várias capelas espalhadas pelas várias comunidades. Refira-se que cada comunidade tem o seu Santo Padroeiro que é comemorado anualmente com pompas e circunstâncias. Nestas festividades, juntam-se o profano e o sagrado. O destaque vai para os tradicionais bailes populares e para a celebração da Eucaristia no dia do respectivo Santo Padroeiro.

O Concelho de São Miguel possui os requisitos mínimos que se exigem de um Concelho, porém ainda carece de outros serviços importantes como Tribunais, Finanças e Serviços de Emissão de Passaportes. Para satisfazer essas demandas, os munícipes são obrigados a deslocarem-se ao Concelho do Tarrafal.

3.5. As geminações:

Ao nível da cooperação internacional¹, o Município conta com:

- Acordos de Geminação Assinados com:

Município de Viena do Alentejo (Portugal); Concelho de Burela, Província de Lago, na região autónoma da Galiza (Espanha); Cidade de Deutsch Wagram (Áustria);

- Acordos de Cooperação Firmados:

Município de Santa Lúcia, nas Canárias; UNINORTE, União Cooperativa Polivalente da Região Norte de Portugal CRL e EPESP – Academia José Moreira da Silva, Cidade do Porto; Instituto Superior de Maia (ISMAI); Universidade Portucalense; Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga; Universidade Internacional – SIPEC; Instituto Politécnico de Braga – ESTGF (Escola Superior da Tecnologia e Gestão de Felgueiras; Junta de Freguesia de Margaride – Felgueiras; Associação para Desenvolvimento Social da Freguesia de Margaride – Felgueiras;

¹ Dados Fornecidos pela Câmara Municipal.

- Acordos de Geminação em fase de Negociação:

Câmara Municipal de Lagos, Região do Algarve – Portugal; Maire de Romainville – França.

Essas geminações e cooperações representam uma mais valia para o desenvolvimento económico e social de São Miguel. Anualmente vários jovens de São Miguel são acolhidos nessas instituições de formação. De referir que *“a instalação da biblioteca municipal contou com apoio de algumas instituições de Felgueiras, designadamente a Rotary Club, Escola Superior de Tecnologia e Gestão e Câmara Municipal de Felgueiras”*.¹

Ainda no âmbito da cooperação, São Miguel recebeu uma ambulância e vários outros donativos. Ao fazer o balanço da cooperação, o actual Presidente da Câmara Municipal afirmou: *“A geminação tem sido a nossa salvação e parceria em vários projectos. Este ano recebemos, fruto da cooperação entre a associação de amizade Calheta – Deutsch Wagram, na Áustria, alguns materiais, entre os quais antena parabólica, contentores de lixo, equipamentos informáticos, aparelho de produção de gelo, óculo e um leque de medicamentos que foram entregues à Direcção Geral das Farmácias para sua utilização a nível nacional”*.²

Apesar das dificuldades que ainda persistem em São Miguel, existem boas perspectivas para o seu desenvolvimento. Disso-nos informa o actual Presidente da Câmara Municipal: *“Neste momento, estamos a negociar com o Governo e a Electra a possibilidade de alargar a energia eléctrica a outros pontos do Concelho. (...) Outras negociações estão em curso, nomeadamente Tribunal, Finanças e Serviços de Emissão de Passaportes e reforço da segurança no Concelho. (...) Quanto ao plano sanitário, existe um projecto da Vila da Calheta que, além de contemplar a recolha e tratamento de lixo, trata a vertente rede de esgotos, a organização do espaço urbano, tratamento de águas residuais e sua reutilização. Neste momento, estamos a trabalhar o Plano Ambiental Municipal, cujo objectivo é criar espaços verdes, protecção das praias”*³ Além destes, segundo o Vereador pela área de Planeamento e Obras, *“pretende-se construir um centro de capacitação técnica, cinco reservatórios de água com 200 ligações domiciliárias, 50 cisternas familiares, 2 jardins infantis, uma sala de aulas para EBI, construção de uma*

¹ Cf. São Miguel Revista Semestral. Nº00. Setembro de 2005. Pag. 15

² DUARTE, João Gomes. In. **São Miguel Revista Semestral**. Nº00. 2005. Pag.11

³ Idem, Ibidem. Pag.9-11

unidade dissalinizadora, aquisição de um camião de lixo e contentores, construção de 300 sanitários e equipamentos de laboratório para controle de qualidade da água”¹.

4. A Igreja Católica em São Miguel:

Neste item não pretendemos fazer uma análise aprofundada sobre o papel desempenhado pela igreja católica no desenvolvimento social e cultural de São Miguel, tendo em conta que não estamos em condições de fazer tal análise, dado a inexistência de documentação escrita sobre o assunto. Tentamos abordar o Pároco da Freguesia sobre esta questão, mas ele não demonstrou disponibilidade. Assim sendo, analisaremos o assunto de acordo com alguns dados que temos e, sobretudo, de acordo com a nossa experiência.

A Igreja católica, foi a primeira instituição implantada em São Miguel. Nos primeiros tempos, dado a inexistência de administração pública civil, ela assumiu responsabilidades sociais relevantes, já que além de assumir responsabilidades inerentes ao culto, era também responsável pelo registo de nascimento, óbitos, casamentos, ensino, etc.

Em São Miguel, a Igreja Católica tem levado a cabo acções sócio-culturais importantes, mas dispomos de dados apenas a partir dos anos 50 do Século passado. Sabemos que a nível da educação, ela tem dado um contributo extraordinário, isto porque várias crianças que não podiam frequentar as escolas oficiais, aprendiam a ler e a escrever nas escolas paroquiais. *“Muitas crianças que não podem frequentar as escolas oficiais, quer por morarem longe, quer por falta de roupa para se apresentarem decentemente, quer ainda pela insuficiência das escolas oficiais, vão aprendendo a ler e a escrever nas escolas paroquiais e, com os rudimentos da instrução primária, vão se instruindo nas verdades da fé e da moral do Evangelho”*.²

O que demonstra que os padres não só se preocupavam com o ensino da doutrina cristã, mas também com a instrução primária. Este facto contribuiu para elevar o nível sócio-económico das populações, já que a instrução permitia obter um emprego mais dignificante e melhor remunerado. Segundo o mesmo relatório, em 1955, São Miguel tinha duas escolas paroquiais, absorvendo um total de 50 alunos, sendo 28 do sexo masculino e 22 do sexo feminino. No mesmo ano foram realizados 456 baptismos, 118 casamentos, 136 óbitos, 3605 confissões, 15438 comunhões e 17 extremas-unções. Esses dados demonstram

¹ SOARES, Álvaro Lopes. Idem Revista. Pag.13

² SOUSA, Padre Augusto Nogueira de. Administrador Apostólico de Cabo Verde. **Diocese de Cabo Verde, Relatório das missões católicas**. Praia. Ano de 1955. Pag.11

que durante esse ano o movimento religioso em São Miguel foi muito intenso. Para esse movimento, o papel dos catequistas foi, sem dúvida, imprescindível e São Miguel tinha na altura “48 catequistas, 1976 pessoas a frequentarem a catequese, entre os quais 142 crianças fizeram a primeira comunhão”.¹ Mas, tendo em conta a extensão da Paróquia de São Miguel e o número de catequistas existentes, pode-se dizer que os serviços de evangelização e instrução nesta paróquia enfrentavam sérias dificuldades.

Ainda relativamente à educação, gostaríamos de salientar que a Escola “Padre Moniz” deu e continua a dar um contributo extraordinário neste domínio, já que muitos alunos que a frequentam são funcionários, isto é, são jovens que já estão no mercado de trabalho e que querem elevar os seus níveis académicos.

Contudo, as acções sócio-culturais da igreja não se restringiam apenas à educação, também outras áreas contavam com a sua intervenção. Para ilustrar este facto, gostaríamos de citar um estudo sociológico sobre a paróquia de São Miguel, realizado pela Ir. Alexandra Gomes Martins e orientado pelo Padre Nuno Miguel. O referido estudo revela que “o Padre Crettaz distribuía géneros alimentícios à população, nomeadamente leite, cevada, arroz, feijão, entre outros. Do mesmo modo, o Padre fazia empréstimo às pessoas para compra de animais de criação. Tendo em conta que uma das soluções encontradas para a sobrevivência dos cabo-verdianos era a emigração, o Padre Crettaz emprestava dinheiro às pessoas mediante o pagamento de juros.

(...) Também aproveitava dos terrenos não cultivados e mesmo os que se encontravam vinculados à igreja e pagavam as pessoas para trabalhar durante o período das chuvas e após a colheita, armazenava e distribuía às pessoas mais carenciadas, principalmente no período da seca. Com a autorização do Governo, o Pároco construiu um chafariz público junto à residência paroquial para que as populações dos arredores pudessem ter acesso à água com mais facilidade. (...)

(...) Em 1971-72 o Reverendo Padre Crettaz fundou um hospital. Dirigiu-se ao palácio e pediu ao Senhor Governador colonial que colocasse mais enfermeiros na Calheta por causa da extensão territorial e do número da população residente. Pediu uma enfermeira que se ocupasse do internamento dos doentes porque fica muito longe e caro a

¹ Cf. Idem, Ibidem. Pag.21-22

*deslocação dos doentes à Praia, sobretudo em caso de emergência, uma vez que os meios de transportes eram raros”.*¹

As acções desenvolvidas por este Padre contribuíram, seguramente, para diminuir as mortandades, sobretudo quando se registavam maus anos agrícolas.

Por isso, o Padre Crettaz, Pároco da Freguesia durante vários anos, deixou muitas marcas na Paróquia e é lembrado pelos mais velhos como um homem corajoso, humilde, solidário e que se preocupava muito com os problemas das populações, atributos esses que ficaram muito evidenciados no estudo citado.

A paróquia de São Miguel também tem se preocupado muito com os problemas que afectam a sociedade micaelense, particularmente a camada juvenil. Neste sentido, ela tem estado a promover anualmente, por ocasião do dia paroquial da juventude (que coincide com o dia mundial da juventude -domingo de Ramos), intercâmbios entre os jovens de São Miguel e jovens de outras paróquias, tanto de Santiago como de outras ilhas do País. Esses intercâmbios visam discutir os problemas que afectam a juventude e procurar soluções para os mesmos.

A paróquia realiza anualmente formações para catequistas e líderes juvenis das diversas localidades. O destaque vai para formação em informática e aulas de música realizadas nos anos 2001 e 2002 em que participaram vários jovens da Paróquia. Também, ela tem uma biblioteca bem apetrechada que serve não só aos estudantes da Escola Secundária “Padre Moniz”, como também a outros estudantes do Concelho. Trata-se de uma biblioteca que se destina a servir todo o público em geral.

Neste âmbito, pode-se afirmar, que em São Miguel, a Igreja católica não só se preocupa com a salvação dos seus paroquianos, mas também com a sua formação integral. Assim, não se pode ignorar o papel por ela desempenhado no desenvolvimento sócio-cultural das populações, e por conseguinte para melhoramento das condições de vida.

¹ MARTINS, Ir. Alexandra Gomes. **Trabalho de Investigação Sociológica/A História da Paróquia de São Miguel**. S/d. Pag.6-7

CONCLUSÃO:

A Freguesia de São Miguel constitui uma das primeiras freguesias cabo-verdianas. Ela teve um percurso histórico interessante, já que pertenceu a vários concelhos e transferiu a sua sede para vários lugares.

Não obstante a sua antiguidade, ela carece, ainda, de avultados investimentos públicos e privados para se dotar de equipamentos colectivos essenciais ao seu desenvolvimento económico e social. A freguesia de São Miguel figura entre as regiões mais pobres do País, com sérios problemas económicos e sociais. Basta lembrar que segundo a cartografia da pobreza, recentemente publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Concelho de São Miguel é o 4º Concelho mais pobre de Cabo Verde.

Temos a consciência clara de que de que a elevação da Freguesia de São Miguel a categoria de Concelho, introduziu um novo dinamismo no seu processo de desenvolvimento, mas ainda persistem muitos problemas. Por exemplo, o parque habitacional do Concelho é constituído principalmente por pequenas habitações, maioritariamente construídas sem recurso a projectos de arquitecturas. Também, achamos bem destacar que várias famílias vivem em habitações muito precárias, isto é, sem mínimas condições. Os problemas relacionados com o desemprego, saúde, estradas de penetração, habitação, etc. constituem os principais desafios do Município de São Miguel.

Apesar dessas dificuldades, São Miguel tem grandes potencialidades, tendo em conta que trata-se de um Concelho constituído maioritariamente por jovens. Refira-se que, segundo o Censo de 2000, 58,9% da população de São Miguel é constituída por indivíduos com idades compreendidos entre os 0 e os 19 anos. Por isso, estendemos que para vencer os grandes desafios é necessário que se aposte fortemente na capacitação dos recursos humanos do Concelho. Deste modo, consegue-se reduzir o analfabetismo, o desemprego e por conseguinte melhorar as condições de vida das populações. Para isso é preciso um engajamento forte dos poderes local e central, do sector privado e da própria sociedade civil.

Por outro, achamos que é preciso apoiar as diversas famílias de São Miguel que vivem em habitações degradadas, no sentido de terem uma habitação condigna. É necessário criar alternativas para as pessoas que vivem quase exclusivamente das FAIMO. A não criação de alternativas para as pessoas que tinham nas FAIMO a sua

principal fonte de rendimento tem colocado, nos últimos dois anos, várias famílias em situação embaraçosa devido a baixa produção agrícola no Concelho.

Um outro factor que tem entravado o desenvolvimento do Concelho é, provavelmente, a energia eléctrica. São Miguel ainda apresenta uma fraca percentagem de cobertura de energia eléctrica, o que não propicia o desenvolvimento de certos serviços em diversas localidades do Concelho.

Na nossa modesta opinião, para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável em São Miguel é preciso apostar no desenvolvimento das potencialidades existentes em todos os sectores de actividade, nomeadamente:

- Continuar com a política de modernização das actividades agro-pecuárias, tendo em conta que apesar de enfrentarem várias dificuldades, constituem ainda as principais actividades económicas do concelho;
- Investir no desenvolvimento da pesca, apoiando os pescadores com embarcações maiores e melhores equipados e por conseguinte com maior capacidade de captura dos peixes;
- Promover o desenvolvimento do turismo, incentivando mais investimentos públicos e privados neste sector;
- Estimular o aparecimento de mais e maiores empresas no Concelho, o que significa mais emprego e mais receitas para os cofres do Município;
- Criar actividades geradoras de rendimento, sobretudo para as mulheres chefes de famílias;
- Alargar a rede de cobertura de energia eléctrica, telefone e água canalizada;
- Construir mais estradas de penetração e melhorar o acesso a diversas localidades do Concelho, com vista a valorizar as potencialidades dessas zonas;
- Fomentar políticas sociais viradas para a família e grupos vulneráveis como idosos e deficientes e para as localidades do Concelho com maior incidência de pobreza;
- Apostar no desenvolvimento da cooperação centralizada e descentralizada; etc.

Só assim se vai conseguir tirar o Concelho de São Miguel da lista negra dos concelhos mais pobres do País. Entretanto, insistimos de que é preciso desenvolver esforços em todos os sectores de actividade para se poder transformar as reais dificuldades desse Concelho em potencialidades.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord). **História Geral de Cabo Verde**. 1º Volume. 2ª Edição. Edição de Instituto de Investigação científica Tropical (Portugal) e Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde). 2001.
- ANDRADE, Elisa. **As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência (1460-19975)**. Paris. Edição L'harmatton. 1996.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna. **Subsídios para a Historia de Cabo Verde e Guiné**. I Volume. 2ª Edição. Praia. Edição do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2003
- BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**. 2ª Série. II Volume. Agência Geral do Ultramar. Lisboa. 1958-1968.
- CERRONE, Frederico. **História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)**, apresentado pelo Bispo Paulino Livramento Évora. Praia. 1983.
- COUTO, Carlos Ferreira. **Estratégias Familiares de Subsistências Rurais em Santiago de Cabo Verde**. 1ª Edição. Edição do Instituto da Cooperação Portuguesa/Ministério dos Negócios Estrangeiros. Dezembro. 2001.
- CARREIRA, António. **Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**. Lisboa. Ed. Imprensa Portuguesa. 1972.
- CARREIRA, António. **Documentos para a História das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné” (Séculos XVII e XVIII)**. Lisboa. 1983.
- FEIJÓ, João da Silva. - Apresentação e Comentários de António Carreira – **Ensaio e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII)**. Praia. Edição do Instituto Cabo-Verdiano do Livro. 1986.
- GOMES, José Tavares. **Tarrafal, A História, A Terra, As Gentes. «O melhor dos melhores lugares da melhor ilha»**. Edição do Secretariado Administrativo do Tarrafal. Ilha de Santiago. República de Cabo Verde. 1989.
- PEREIRA, Daniel. **A Situação da Ilha de Santiago no 1º quartel do séc. XVIII**. São Vicente. Edição do Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1984.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord). **História Geral de Cabo Verde**. 2º Volume. 2ª Edição. Edição de Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal) e Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde). 2001.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord). **História Geral de Cabo Verde**. 3º Volume. Edição de Instituto de investigação Científica Tropical (Portugal) e Instituto de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. 2002.

- SILVA, António Leão Correia e. (1995), **Histórias de um Sahel Insular**. 2ª Edição. Praia. Spleen Edições. 1996.
- VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. **A Vila de Assomada**. Editado pela Associação dos amigos do Concelho de Santa Catarina. 1993.
- Câmara Municipal do Tarrafal. **Boletim informativo N° 0**. 1998.
- Boletins Oficiais
- Censos de 1980, 1990 e 2000 (1º, 2º e 3º Recenseamentos gerais da População e Habitação).
- Câmara Municipal de São Miguel. **Revista São Miguel N° 00**. 2005.
- RENASCER, Revista da Câmara Municipal de São Miguel. N°1. Editor AJOPOP.
- Arquivo Histórico Nacional. Caixas N°s: 193, 194, 282, 359, 686, 688, 701, 733, 752, 754 e 775 da Secretaria-geral do Governo.

ANEXOS

Entrevistas:

1- Identificação do entrevistado:

Sexo: masculino;

Idade: 80 anos;

Ocupação: catequista e responsável de lugar;

Morada: Flamengos.

2- Sabe quando foi criado a Freguesia de São Miguel?

- Não.

3- Quando foi mudada a sede da Paróquia da Ribeira de São Miguel para a zona da Calheta?

- Não me lembro bem, mas deve ser nos anos 50 do século passado, altura em que foi construída a igreja paroquial da Calheta.

4- A quem se deve esta mudança?

- Ao Reverendo Padre Crettaz.

5- Que razões estiveram na base desta mudança?

- Falta de comunicação entre a Ribeira de São Miguel e as outras regiões da Paróquia, sobretudo no tempo das águas; doença do Padre Crettaz (foi fazer tratamento na Praia e quando regressou fixou a sua residência em Calheta); para o Padre a região era muito exígua para ser sede da Paróquia.

6- Na sua opinião, que papel tem desempenhado a igreja católica no desenvolvimento sócio – cultural de São Miguel?

- A igreja desempenha um papel importante na sociedade: dá formação aos jovens, ministra sacramentos que ajuda o homem a santificar, dá bons conselhos, ensina as pessoas a viverem em paz e harmonia com os outros.

1-Identificação do entrevistado:

Sexo: masculino;

Idade: 104 anos;

Ocupação: catequista e legionário;

Morada: Machado.

2-Sabe quando foi criado a Freguesia de São Miguel?

- Não. A Freguesia de São Miguel é muito antigo.

3- Quando foi mudada a sede da Paróquia da Ribeira de São Miguel para a zona da Calheta?

- Deve ser nos anos 50 do século passado, altura em que se iniciou a construção da igreja paroquial da Calheta.

4- A quem se deve esta mudança?

- Ao Reverendo Padre Crettaz.

5- Que razões estiveram na base desta mudança?

Doença do Padre Crettaz (foi fazer tratamento na Praia e quando regressou fixou a sua residência em Calheta); exiguidade da região para ser sede da Paróquia na perspectiva dele e a própria situação geográfica da Ribeira de São Miguel.

6- Na sua opinião, que papel tem desempenhado a igreja católica no desenvolvimento sócio – cultural de São Miguel?

- A igreja dá um grande contributo à sociedade. Antigamente a igreja apoiava as pessoas carenciadas nos domínios da alimentação, vestuário e saúde. No tempo da fome, a igreja procedia a distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais pobres.

1-Identificação do entrevistado:

Sexo: masculino;

Idade: 94 anos;

Ocupação: leigo;

Morada: Flamengos.

3- Sabe quando foi criado a Freguesia de São Miguel?

Não sei.

- 3- Quando foi mudada a sede da Paróquia da Ribeira de São Miguel para a zona da Calheta?

- Por volta dos anos 50.

-4- A quem se deve esta mudança?

- Ao Reverendo Padre Crettaz.

5- Que razões estiveram na base desta mudança?

- Problemas de comunicação entre a Ribeira de São Miguel e as outras regiões da Paróquia, sobretudo no tempo das águas e o crescimento populacional da zona da Calheta.

6- Na sua opinião, que papel tem desempenhado a igreja católica no desenvolvimento sócio – cultural de São Miguel?

- A igreja dá apoio na formação e sensibilização das pessoas.

1-Identificação do entrevistado:

Sexo: masculino;

Ocupação: Deputado nacional.

Morada: Vila da Calheta.

2- Quando foi criada a Delegação Municipal de São Miguel?

- No início dos anos 90 (por volta de 93 a 94), após as 1^{as} eleições livres e democráticas realizadas no País.

3- Na sua opinião, a quem se deve a criação do Município de São Miguel?

- A um grupo de cidadãos que desde o tempo colonial vinham exigir a criação deste Concelho.

4- No seu entender, quais são os principais desafios de São Miguel?

- Falta de estradas de penetração, falta de actividades geradoras de rendimento, falta de infra-estruturas de carácter social, falta de instituições como tribunal e finanças, problemas de energia e água, etc.

5- Que projectos devem ser desenvolvidos para vencer esses desafios?

- Executar um projecto de desenvolvimento integrado para cada bacia hidrográfica e promover a formação profissional.